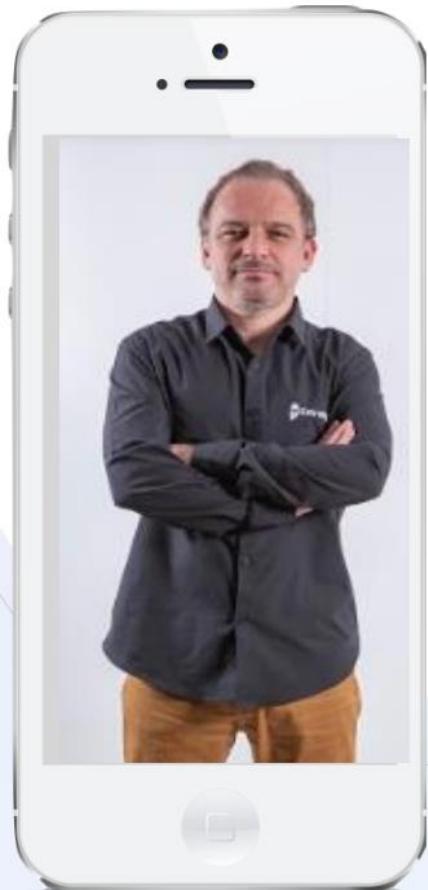




Estratégia
Concursos

Leandro Signori



Telegram

<https://t.me/profleandrosignori>



@profleandrosignori



Leandro Signori

Próximas Aulas

8/04 – 13:00

Simulado SMPU-BH – Atualidades

12/04 – 14:00

Simulado de Atualidades

18/04 – 19:00

Curso Completo TJ SP - Pós-Edital - Atualidades

05/05 – 19:00

Curso Completo TJ SP - Pós-Edital - Atualidades



Estratégia
Concursos



RETROSPECTIVA DE ATUALIDADES

MARÇO DE 2023

Prof. Leandro Signori



FATOS NACIONAIS

Prof. Leandro Signori

Arcabouço fiscal: governo divulga proposta para substituir teto de gastos



Os ministros da Fazenda, Fernando Haddad, e do Planejamento, Simone Tebet, divulgaram nesta quinta-feira (30) a proposta para o chamado "**arcabouço fiscal**".

Se aprovada pela Congresso, a nova regra para as contas públicas vai substituir o teto de gastos em vigor desde 2017 como novo parâmetro para limitar os gastos do governo.

O objetivo, com isso, é garantir um equilíbrio entre a arrecadação e os gastos, para que as contas públicas voltem a ficar "no azul". A meta é zerar o balanço já em 2024 e registrar superávit a partir de 2025.

O governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) depende dessa nova proposta para:

- fazer gastos considerados prioritários em saúde, educação e segurança;
- ampliar investimentos públicos e impulsionar o crescimento econômico;
- e, ao mesmo tempo, garantir o controle da dívida pública e da inflação.

O arcabouço fiscal pode ser comparado a uma caixa de ferramentas com a qual a equipe econômica trabalhará para evitar uma alta maior na dívida pública.

O que prevê o novo arcabouço

Despesa atrelada à receita

A proposta prevê que, **a cada ano, o crescimento máximo dos gastos públicos seja de 70% do crescimento da receita primária** (ou seja, da arrecadação do governo com impostos e transferências).

O dado será considerado entre julho de um ano e junho do ano seguinte, para permitir a inclusão das metas na proposta de orçamento.

Ou seja: se a arrecadação do governo crescer R\$ 100 bilhões nesse intervalo, o governo federal poderá ampliar os gastos em até R\$ 70 bilhões no ano seguinte.

Limite de crescimento real da despesa

Há, no entanto, um segundo limite. **Mesmo que a arrecadação aumente muito, o governo terá que respeitar um intervalo fixo para o crescimento real das despesas.**

Essa banda vai variar entre 0,6% e 2,5% de crescimento real (ou seja, desconsiderada a inflação do período), a depender do cumprimento das outras metas econômicas previstas no arcabouço.

Ou seja:

- caso o Brasil tenha dificuldade de compor as receitas (cumprir metas e arrecadar impostos), o crescimento real dos gastos terá de ser, pelo menos, de 0,6%;
- já em bons anos, em que o Brasil conseguir aumentar muito a arrecadação, o crescimento real dos gastos deve ser de até 2,5%.

Esse intervalo também funciona como um teto de gastos, mas é mais flexível que as regras atualmente em vigor. **Hoje, os gastos são corrigidos apenas pela inflação, ou seja, com crescimento real de 0%.**

A regra proposta tem caráter anticíclico

De um lado, o crescimento real mínimo de 0,6% estimula a economia no cenário ruim, quando a atividade econômica estiver lenta.

Do outro, o crescimento real máximo de 2,5% segura os gastos públicos nos momentos de fartura, evitando o descontrole das despesas.

Intervalo para a meta do resultado primário

O arcabouço fiscal altera também o formato da meta de resultado primário das contas públicas.

Esse **resultado primário** é o **saldo entre a arrecadação e as despesas do governo, sem considerar o pagamento de juros da dívida**. É desejável que o país tenha superávit, ou seja, poupe parte do dinheiro arrecadado para reduzir a dívida ou construir reservas.

Hoje, a meta de resultado primário é um valor exato. O arcabouço propõe um intervalo, ou "banda", de resultados possíveis.

O modelo é similar ao da meta de inflação que já existe hoje – que trabalha com um valor central e um intervalo de tolerância, para mais ou para menos.

Para 2024, por exemplo, a meta do governo é igualar receita e despesa. Em termos matemáticos, um resultado primário de 0% do PIB.

Pelo sistema proposto, a meta será considerada "cumprida" se ficar entre superávit de 0,25% e déficit de 0,25%.

O projeto também estabelece o que acontece se essas metas forem descumpridas, para mais ou para menos:

- se o resultado primário superar o limite máximo da meta, o excedente arrecadado pelo governo e não gasto poderá ser direcionado para ampliar investimentos;
- se o resultado primário ficar abaixo do limite mínimo da meta, há uma limitação para o ano seguinte: as despesas poderão crescer só 50% do crescimento da receita (e não mais os 70% originais).

Fundeb e piso da enfermagem fora do teto

- Segundo o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, **o novo arcabouço fiscal não limita despesas como o fundo da educação básica (Fundeb) e o piso da enfermagem já aprovado pelo Congresso.**
- De acordo com Haddad, **a proposta mantém regras constitucionais, já existentes, sobre os investimentos mínimos em educação e saúde e a garantia de custeio das duas áreas.**

Meta de resultado primário

Caso o novo arcabouço seja aprovado e implementado, o governo prevê:

1. zerar o déficit público da União no próximo ano;
2. superávit de 0,5% do PIB em 2025;
3. superávit de 1% do PIB em 2026.

Segundo o governo, com o novo arcabouço, será possível estabilizar a dívida pública da União em 2026, último ano do mandato do presidente Lula, a no máximo em 77,3% Produto Interno Bruto (PIB).

A relação entre dívida pública e PIB, no entanto, não é uma meta macroeconômica formal do governo. A área econômica trata a melhoria desse indicador como um objetivo a ser perseguido, de forma mais ampla.

Parte dos especialistas defendia que o novo arcabouço tivesse uma meta concreta para a dívida. A equipe econômica avalia, no entanto, que esse indicador inclui variáveis que não são controladas pelo governo.

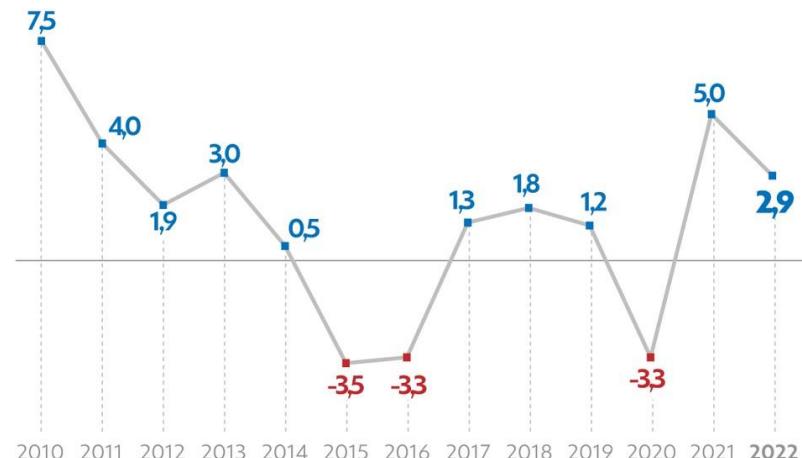
Na avaliação de equipe de Haddad, o ajuste é importante, mas gradual. A previsão é que, neste ano, o governo feche com déficit na casa dos R\$ 100 bilhões.

Para 2024, a proposta prevê que o déficit seja zerado, com superávit no terceiro ano do mandato de Lula.

PIB do Brasil avança 2,9% em 2022, mesmo com 4º trimestre de queda

Evolução do PIB

Ano a ano, em %



Fonte: FGV e IBGE
Infográfico elaborado em: 02/03/2023

O Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil cresceu 2,9% no ano de 2022, divulgou nesta quinta-feira (2) o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A atividade teve grande impulso do setor de serviços, o principal da economia brasileira, que acelerou principalmente no primeiro semestre. **Estímulos fiscais dados à economia impulsionaram os números, junto com o chamado “efeito reabertura”, em que o retorno a bares, restaurantes, salões de beleza, turismo e outras atividades provocou um aumento expressivo do consumo.**

No segundo semestre, porém, os dois fenômenos perderam força e causaram uma desaceleração gradual da economia.

Resultado foi uma queda de 0,2% no 4º trimestre do ano, interrompendo uma sequência de cinco trimestres positivos. Ainda assim, em relação ao 4º trimestre de 2021, a atividade teve um avanço de 1,9% em 2022.

Em 2021, o PIB brasileiro havia crescido 5%, também na esteira da retomada econômica depois dos impactos da pandemia de Covid-19.

Principais destaques do PIB em 2022:

- Serviços: 4,2%
- Indústria: 1,6%
- Agropecuária: -1,7%
- Consumo das famílias: 4,3%
- Consumo do governo: 1,5%
- Investimentos: 0,9%
- Exportações: 5,5%
- Importação: 0,8%

Destaque para serviços

Em valores correntes, o PIB brasileiro totalizou R\$ 9,9 trilhões em 2022, com taxa de investimento de 18,8%. O PIB per capita teve alta real de 2,2% ante o ano anterior e alcançou R\$ 46.154,60 em 2022.

Como esperado, o setor de serviços foi destaque absoluto pela ótica da oferta, com alta de 4,2% no ano. Em valores correntes, foram R\$ 5,8 trilhões no ano.

Segundo os dados do IBGE, todas as atividades de serviços tiveram crescimento neste ano:

- ❑ Outras atividades de serviços: 11,1%;
- ❑ Transporte, armazenagem e correio: 8,4%;
- ❑ Informação e comunicação: 5,4%;
- ❑ Atividades imobiliárias: 2,5%;
- ❑ Administração, defesa, saúde e educação públicas e segurança sociais: 1,5%;
- ❑ Comércio: 0,8%;
- ❑ Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados: 0,4%.

Indústria avança pouco, agropecuária cai

A indústria teve, mais uma vez, resultados mistos, em que parte dos setores se beneficiou do ciclo econômico enquanto outras penaram para conseguir resultados.

Para o IBGE, o destaque positivo veio do setor de Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos, que subiu 10,1% no ano, o que possibilitou bandeiras tarifárias mais favoráveis ao longo de 2022. Em seguida, bom resultado também par ao setor de Construção, que teve alta de 6,9%.

“O crescimento dessa atividade está muito relacionado à recuperação em relação à crise hídrica de 2021. Além do crescimento da economia, houve o desligamento das térmicas, diminuindo os custos de produção, o que contribui para o aumento do valor adicionado da atividade”, diz Rebeca Palis, do IBGE.

“Ademais, a atividade de Construção, com alta de 6,9%, corroborada pelo aumento na sua ocupação, foi influenciada pelo ano eleitoral, que sempre apresenta uma maior quantidade de obras públicas.”

Na outra ponta, as Indústrias de Transformação (-0,3%) e as Indústrias Extrativas (-1,7%) tiveram perdas por conta de quedas produtivas na metalurgia, produção de metal, de madeira, borra e plástico, e também na extração de minério de ferro.

Já a queda de 1,7% da agropecuária acontece depois de redução da produção da Agricultura. Pecuária e Pesca tiveram crescimento, mas não conseguiram reverter o resultado negativo.

“A soja, principal produto da lavoura brasileira, com estimativa de queda de produção de 11,4%, foi quem mais puxou o resultado da Agropecuária para baixo no ano, sendo impactada por efeitos climáticos adversos”, diz Palis.

Trimestre de queda

O PIB brasileiro voltou ao campo negativo no 4º trimestre de 2022, com queda de 0,2% versus o trimestre anterior.

Nem mesmo o setor de serviços, que tanto ajudou o resultado anual, passou ileso: houve queda no Comércio (-0,9%) e em Administração, defesa, saúde e educação públicas e segurança social (-0,5%). De qualquer forma, os serviços atingiram o patamar mais alto da série histórica.

“Quando analisamos o setor da Indústria, a única alta foi nas Indústrias Extrativas por causa da extração de petróleo. Todo o restante caiu”, afirma Rebeca Palis.

Por fim, frente ao 4º trimestre de 2021, o PIB avançou 1,9%, o oitavo resultado positivo consecutivo nesta base de comparação.

Principais destaques do PIB no 4º trimestre:

- Serviços: 0,2%
- Indústria: -0,3%
- Agropecuária: 0,3%
- Consumo das famílias: 0,3%
- Consumo do governo: 0,3%
- Investimentos: -1,1%
- Exportações: 3,5%
- Importação: -1,9%

Copom mantém juros básicos da economia em 13,75% ao ano



Apesar da alta recente na inflação, o Banco Central (BC) não mexeu nos juros. Por unanimidade, o Comitê de Política Monetária (Copom) manteve a taxa Selic, juros básicos da economia, em 13,75% ao ano.

Em comunicado, o Copom indicou que os juros podem ficar altos por mais tempo que o previsto e não descartou a possibilidade de novas elevações caso a inflação não convirja para o centro da meta, como o esperado. O órgão também informou que persegue a convergência da inflação para o centro da meta para meados de 2024.

“O comitê segue vigilante, avaliando se a estratégia de manutenção da taxa básica de juros por período mais prolongado do que no cenário de referência será capaz de assegurar a convergência da inflação. O comitê reforça que irá perseverar até que se consolide não apenas o processo de desinflação como também a ancoragem das expectativas em torno de suas metas, que têm mostrado deterioração em prazos mais longos desde a última reunião”, destacou o texto.

A taxa continua no maior nível desde janeiro de 2017, quando também estava em 13,75% ao ano. Essa foi a quarta vez seguida em que o BC não mexe na taxa, que permanece nesse nível desde agosto. Anteriormente, o Copom tinha elevado a Selic por 12 vezes consecutivas, num ciclo que começou em meio à alta dos preços de alimentos, de energia e de combustíveis.

De março a junho de 2021, o Copom elevou a taxa em 0,75 ponto percentual em cada encontro. No início de agosto do mesmo ano, o BC passou a aumentar a Selic em 1 ponto a cada reunião. Com a alta da inflação e o agravamento das tensões no mercado financeiro, a Selic foi elevada em 1,5 ponto de outubro de 2021 até fevereiro de 2022. No ano passado, o Copom promoveu dois aumentos de 1 ponto, em março e maio, e dois aumentos de 0,5 ponto, em junho e agosto.

Antes do início do ciclo de alta, a Selic tinha sido reduzida para 2% ao ano, no nível mais baixo da série histórica iniciada em 1986. Por causa da contração econômica gerada pela pandemia de covid-19, o Banco Central tinha derrubado a taxa para estimular a produção e o consumo. A taxa ficou no menor patamar da história de agosto de 2020 a março de 2021.

Inflação

A Selic é o principal instrumento do Banco Central para manter sob controle a inflação oficial, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). **Em 2022, o indicador fechou em 5,79%. Desde o fim do ano passado, a inflação vem subindo por causa da alta do preço dos alimentos e da reversão parcial das desonerações sobre os combustíveis.**

O índice fechou o ano passado acima do teto da meta de inflação. Para 2022, o Conselho Monetário Nacional (CMN) fixou meta de inflação de 3,5%, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual. O IPCA, portanto, não podia superar 5% nem ficar abaixo de 2% no ano passado. **Para 2023, a meta de inflação está em 3,25%, também com margem de 1,5 ponto percentual, o que garantiria um intervalo entre 1,75% e 4,75%.**

Crédito mais caro

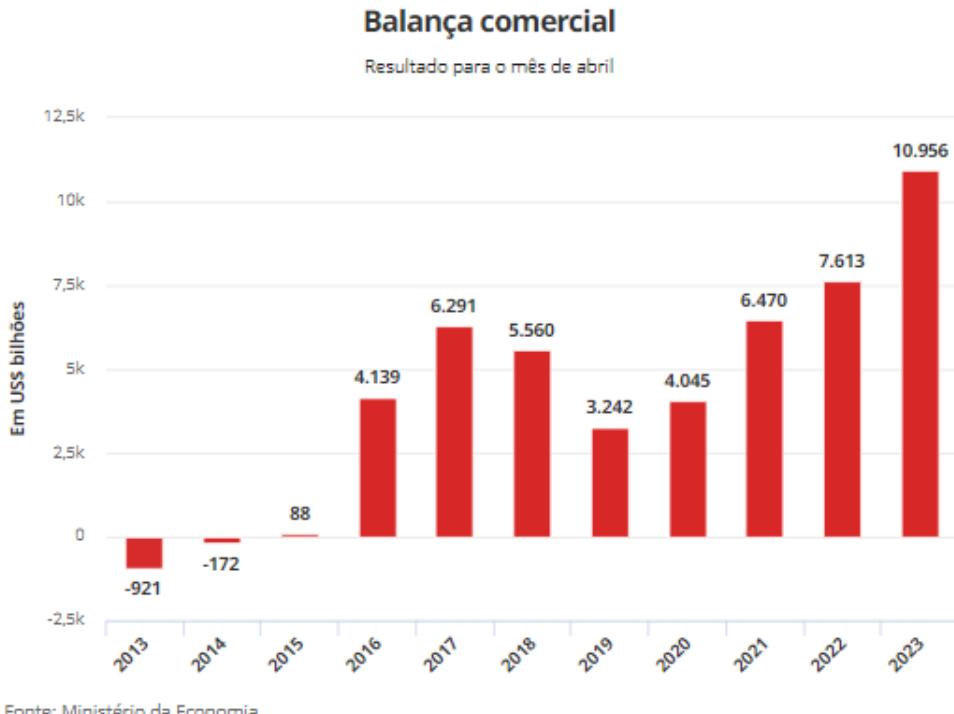
A elevação da taxa Selic ajuda a controlar a inflação. Isso porque juros maiores encarecem o crédito e desestimulam a produção e o consumo. Por outro lado, taxas mais altas dificultam a recuperação da economia. No último Relatório de Inflação, o Banco Central projetava crescimento de 1% para a economia em 2023.

O mercado projeta crescimento menor. Segundo a última edição do boletim Focus, os analistas econômicos preveem expansão de 0,8% do Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e serviços produzidos pelo país) neste ano.

A taxa básica de juros é usada nas negociações de títulos públicos no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic) e serve de referência para as demais taxas de juros da economia. Ao reajustá-la para cima, o Banco Central segura o excesso de demanda que pressiona os preços, porque juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança.

Ao reduzir os juros básicos, o Copom barateia o crédito e incentiva a produção e o consumo, mas enfraquece o controle da inflação. Para cortar a Selic, a autoridade monetária precisa estar segura de que os preços estão sob controle e não correm risco de subir.

Balança comercial tem superávit de US\$ 11 bilhões em março, maior saldo mensal desde 1989



A balança comercial registrou superávit de US\$ 11 bilhões em março, informou o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços nesta segunda-feira (3).

O valor representa aumento de 38,4% em relação ao mesmo mês do ano passado, quando o saldo positivo somou US\$ 7,61 bilhões.

O resultado é de superávit quanto as exportações superam as importações. Quando acontece o contrário, o resultado é deficitário.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, **o superávit registrado em março também é o maior para todos os meses desde o início série histórica da balança comercial, em 1989**.

Até então, o maior saldo positivo mensal havia sido registrado em junho de 2021 (+US\$ 10,41 bilhões).

Segundo o governo, em março:

- as exportações somaram US\$ 33,06 bilhões; o que é o maior valor já obtido.**
- as importações somaram US\$ 22,1 bilhões.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, as exportações, pela média diária, registraram alta de 7,5% em março na comparação com o mesmo período do ano passado. Já as compras do exterior caíram 3,1% nesta comparação.

Razões para o aumento

O subsecretário de Inteligência e Estatísticas de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Herlon Brandão, afirmou que **o forte aumento no saldo comercial em março deste ano está relacionado com a alta nas exportações de soja e de petróleo.**

"Petróleo a gente teve uma concentração de desembaraços aduaneiros [liberações nas aduanas] nesse mês [de março], que fez com que os volumes crescessem. A soja, também, a gente tinha informado que o embarque se concentraria mais à frente. Que houve uma queda das exportações em fevereiro, com embarque mais robusto em março", declarou.

Parcial do ano

No acumulado do primeiro trimestre deste ano, ainda segundo dados oficiais, a balança comercial registrou um saldo positivo de US\$ 16,06 bilhões, contra um superávit de US\$ 12,18 bilhões no mesmo período de 2022. O aumento foi de 29,8% pela média diária.

Nos três primeiros meses deste ano, as exportações somaram US\$ 76,43 bilhões — aumento, pela média diária, de 3,4% na comparação com o mesmo período do ano passado. Já as importações totalizaram US\$ 60,36 bilhões — queda de 1,9%.

Destaques das exportações em março

- ❑ Soja: US\$ 7,35 bilhões, com alta de 8,9% sobre março do ano passado
- ❑ Óleos brutos de petróleo: US\$ 5,59 bilhões, com aumento de 53,8%
- ❑ Minério de ferro: US\$ 2,36 bilhões, com queda de 19,7%
- ❑ Farelos de soja: US\$ 1,11 bilhão, com elevação de 37,3%
- ❑ Carnes e aves: US\$ 902 milhões, com aumento de 23,1%.

Principais compradores em março

- ❑ China e Macau: US\$ 11,1 bilhões, com alta de 12,3%
- ❑ União Europeia: US\$ 5,02 bilhões, com aumento de 6,4%
- ❑ Estados Unidos: US\$ 3,12 bilhões, com elevação de 4%
- ❑ Mercosul: US\$ 2,18 bilhões (+16,2%), sendo US\$ 1,57 bilhão somente para a Argentina (+25,8%).

Veja ponto a ponto do decreto para que negros ocupem pelo menos 30% dos cargos de confiança do governo



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva editou, nesta semana, um **decreto que determina que no mínimo 30% dos cargos e funções de confiança do governo federal sejam ocupados por pessoas negras.**

A nova regra foi anunciada em uma cerimônia no Palácio do Planalto nesta terça-feira (21) – **Dia Internacional da Luta pela Eliminação da Discriminação Racial** -- e faz parte de um pacote de medidas para o combate da desigualdade racial, capitaneado pelo Ministério da Igualdade Racial.

O que é?

O decreto 11.443 determina que **pelo menos 30% dos chamados cargos e funções comissionadas nos órgãos e entidades da administração pública federal sejam ocupados por pessoas negras até 31 de dezembro de 2025.**

Metas intermediárias serão estabelecidas pelos Ministérios da Igualdade Racial e da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. As duas pastas ainda definirão um percentual mínimo de mulheres.

Para quais postos vale?

A medida vale para cargos e funções comissionadas de órgãos e entidades da administração pública federal, o que inclui, por exemplo, todos os ministérios da Esplanada. Nas siglas oficiais, são os CCE (Cargos Comissionados Executivos) e FCE (Funções Comissionadas Executivas).

Os cargos e funções comissionadas são também definidos como posições "de confiança" por serem responsáveis por atividades de direção, liderança e assessoramento. A quantidade desses postos varia entre os diferentes órgãos do Executivo.

Cargos e funções comissionados também são subdivididos entre diferentes níveis de hierarquia. "Os níveis de 1 a 12 correspondem a titular de titular de núcleo, setor, seção, serviço, divisão e coordenação. Os níveis de 13 a 17 a coordenação geral, diretoria, departamento, subsecretaria, secretaria, entidade autárquica e fundações", explica Cristina Mori, secretária-executiva do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

A nova política de preenchimento distingue os níveis mais baixos dos mais altos, estabelecendo o percentual de 30% para ambos – de forma a evitar que os cargos do topo, os de níveis 13 a 17, continuem ocupados apenas por pessoas brancas.

Que pessoas podem ser contempladas?

Ministros e presidentes de órgãos podem indicar e exonerar pessoas livremente para esses postos.

A diferença é que os cargos comissionados podem ser ocupados tanto por servidores quanto por profissionais sem vínculos permanentes com o serviço público. Já as funções comissionadas são reservadas para servidores públicos de carreira, ou seja, aqueles que entraram na administração por meio de concurso público.

Quem vai definir a cor do candidato?

O decreto contempla pessoas que se autodeclaram como pretas ou pardas e que possuem traços visíveis de aparência que as caracterizam como pessoas negras.

Em caso de denúncias ou suspeitas de irregularidades na autodeclaração, a norma estabelece que será "constituída comissão de heteroidentificação [identificação por outras pessoas] para apuração dos fatos, respeitado o direito à ampla defesa".

Esse tipo de comissão normalmente é formada por um grupo de pessoas de diferentes áreas ou formações que analisam os aspectos fenótipos do candidato -- características visíveis, como cor da pele, formatos do rosto e tipo de cabelo. Nessa análise, a autodeclaração ou ascendência do candidato não é levada em conta.

Quando começa a valer?

O decreto passou a valer a partir da assinatura do presidente, ou seja, já está em vigor. Mas ele **será implementado de forma gradual: os órgãos e entidades da administração pública federal têm até 2025 para atingir o percentual de ao menos 30% dos cargos e funções ocupados por pessoas negras.**

Como vai ser feito o monitoramento?

Os Ministérios da Igualdade Racial e da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos estabelecerão uma forma de controle e de monitoramento da ocupação desses postos. Caberá à pasta de gestão divulgar os percentuais.

Governo publica medida provisória com regras do novo Bolsa Família



O que é?
Programa de transferência de renda para famílias carentes

Quem pode receber?
Famílias inscritas no CadÚnico, com até R\$ 218 por pessoa



Quanto cada família receberá?

- O valor base do benefício é de R\$ 600 por família
- No entanto, receberão valores extras as famílias que tiverem crianças, adolescentes e grávidas

Quanto é o valor extra?

- R\$ 150 por criança de 0 a 6 anos
- R\$ 50 por dependente de 7 a 18 anos
- R\$ 50 por cada gestante

Quais as condições para continuar no programa?

			
Comprovar a frequência escolar dos filhos	Manter atualizadas as cadernetas de vacinação da família inteira	Grávidas deverão fazer o acompanhamento pré-natal	Crianças até 6 anos terão que fazer acompanhamento nutricional

Como receber?



A Caixa Econômica disponibilizará o valor para saque ou crédito em conta bancária



O pagamento será feito ao responsável pela família, preferencialmente, à mulher

Fonte: MP 1164/23

O governo federal editou a Medida Provisória 1164/23, que **recria o programa Bolsa Família com novas regras, em substituição ao Auxílio Brasil**. Segundo o texto, publicado em edição extra do Diário Oficial da União nesta quinta-feira (2), as famílias beneficiadas pelo programa receberão um valor mínimo de R\$ 600, com um adicional de R\$ 150 por criança de até 6 anos.

O pagamento do valor extra era uma das promessas de campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Durante a cerimônia de lançamento do novo programa, no Palácio do Planalto, o ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Wellington Dias, anunciou ainda outro adicional por família, no valor de R\$ 50, para cada dependente entre 7 e 18 anos e para gestantes.

A nova legislação prevê que poderão receber benefícios do programa famílias com renda de até R\$ 218 por pessoa. Os pagamentos com as novas regras começam a partir de 20 de março.

O texto da MP destaca que o programa constitui etapa do processo gradual e progressivo de universalização da renda básica de cidadania, tendo como objetivos combater a fome, reduzir a pobreza entre as gerações e aumentar a proteção social das famílias, com foco em crianças, adolescentes e jovens.

Contrapartidas

O novo Bolsa Família retoma o modelo original com a exigência de contrapartidas das famílias beneficiadas pelo programa, que voltarão a ter que comprovar a frequência escolar dos filhos e a manter atualizadas as cadernetas de vacinação da família inteira. Grávidas deverão fazer o acompanhamento pré-natal.

As contrapartidas deixaram de ser cobradas durante o governo de Jair Bolsonaro, que substituiu o Bolsa Família pelo Auxílio Brasil.

Cadastro

O programa também terá como foco a atualização do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) e a integração com o Sistema Único de Assistência Social (Suas), com busca ativa para incluir novos beneficiários e revisão de benefícios em busca de irregularidades.

A MP cria ainda a Rede Federal de Fiscalização do Programa Bolsa Família e do CadÚnico, conforme regras a serem definidas em regulamento.

Em fevereiro, mais de 1,5 milhão de beneficiários que recebiam valores irregularmente foram excluídos do programa. Por outro lado, após busca ativa em várias regiões do País, outras 700 mil famílias vão passar a receber o benefício.

O Bolsa Família é voltado para famílias em situação de vulnerabilidade econômica e social. Para serem habilitadas, as famílias precisam atender a critérios de elegibilidade, como apresentar renda per capita classificada como situação de pobreza ou de extrema pobreza. Ao todo, o novo Bolsa Família atenderá cerca de 20 milhões de famílias neste ano.

Igualdade Salarial: Entenda o projeto de lei que iguala salários entre homens e mulheres



O governo aproveitou o Dia Internacional das Mulheres, comemorado em 8 de março, para anunciar diversas políticas públicas voltadas ao combate à violência contra a mulher e projetos voltados para o grupo. Entre eles está um **projeto de lei que promove a igualdade salarial entre homens e mulheres que exercem a mesma função.**

Segundo o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que assinou o projeto durante uma cerimônia de celebração no Palácio do Planalto, **a CLT já define que os salários sejam os mesmos, independentemente do gênero do trabalhador. No entanto, a própria legislação coloca barreiras.**

De fato, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que **a diferença de remuneração entre homens e mulheres atingiu 22% no final do ano passado. Ou seja, as brasileiras recebem, em média, 78% do que ganha um homem no mesmo cargo.**

“Desde 1943, está escrito na CLT que a mulher tem direito ao mesmo salário do homem, mas sempre tem uma vírgula. Nesse projeto que nós estamos mandando ao Congresso, tem uma única palavra que faz toda a diferença. E essa palavra se chama ‘obrigatoriedade’”, disse durante Lula o seu discurso.

Multa para empresas que não respeitarem a igualdade salarial

Lula ainda destacou que muitos empregadores não vão querer pagar o salário igual, mas que para isso a justiça terá que funcionar para o empresário ser obrigado a pagar aquilo que a mulher merece pela sua capacidade de trabalho.

“Quando aceitamos que a mulher ganhe menos que o homem no exercício da mesma função, nós estamos perpetuando uma violência histórica contra as mulheres”, afirmou.

Veja os principais pontos do projeto de lei

- A igualdade salarial e remuneratória entre mulheres e homens para o exercício de mesma função é obrigatória;**
- Empresas com mais de 20 funcionários precisam estabelecer mecanismos de transparência salarial e remuneratória, garantindo a proteção de dados pessoais;
- Caso seja identificada a diferença salarial por motivo de gênero, raça ou etnia, o juízo determinará o pagamento de multa. O valor equivalerá a 10 vezes o maior salário pago pelo empregador; no caso de reincidência, o valor será elevado em 100%;
- A multa não afasta a possibilidade de indenização por danos morais;
- A empresa pode sofrer aplicação de sanções administrativas em caso de desigualdade ou discriminação salarial.

Anielle Franco é eleita uma das 12 mulheres do ano pela revista Time



A ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, foi eleita pela revista Time, uma das mais prestigiadas do mundo, como uma das 12 mulheres do ano em 2023. Irmã de Marielle Franco, vereadora do Rio de Janeiro assassinada brutalmente em 2018, Anielle se tornou diretora do instituto que leva o nome da irmã, e que luta por direitos humanos e na defesa da memória de Marielle, e desde então se envolveu no ativismo político pelas causas da população negra e LGBTQIA+.

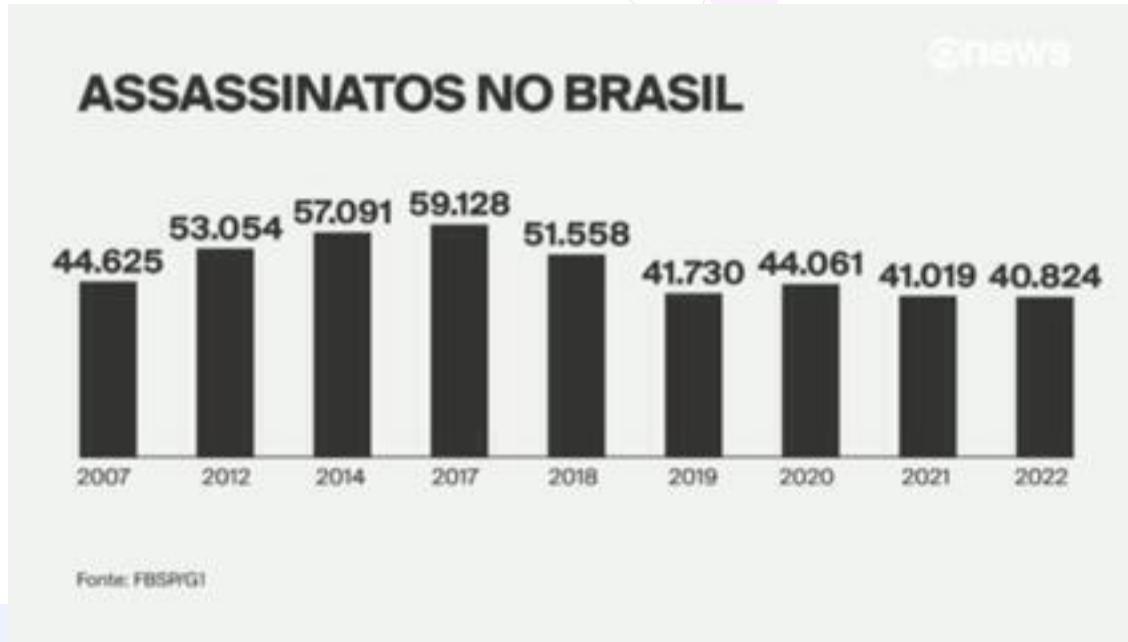
Aos 38 anos de idade, ela é formada jornalismo pela Universidade do Estado da Carolina do Norte, nos Estados Unidos, e em inglês e literatura pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

“Sua trágica história familiar, personalidade calorosa e uso hábil das mídias sociais transformaram a outrora reservada Franco em uma líder improvável no movimento pelos direitos dos negros no Brasil”, diz um trecho do perfil que a revista Time publicou sobre a ministra.

A lista das 12 mulheres mais influentes do ano traz nomes consagrados da cultura e do esporte, como a atriz Cate Blanchet, a cantora Phoebe Bridges, a jogadora de futebol Megan Rapinoe e a roteirista Quinta Brunson. Outras ativistas pelos direitos das mulheres, como a mexicana Véronica Cruz Sánchez, a ucraniana Olena Shevchenko e a iraniana Masih Alinejad também estão na lista.

Em suas redes sociais, Aniele se manifestou sobre o reconhecimento internacional. “Muito orgulhosa e emocionada em ter sido a primeira e única brasileira indicada como 'Mulher do Ano' entre as doze escolhidas pela revista norte-americana Time. Estou muito feliz e não chego sozinha, esse reconhecimento não é só meu, é de todas as mulheres negras do Brasil”.

Número de assassinatos cai 1% no Brasil em 2022



O número de assassinatos caiu 1% no Brasil em 2022. Foram 40,8 mil mortes violentas em todo o país -- média de mais de 110 vítimas por dia. É o que mostra o índice nacional de homicídios criado pelo g1, com base nos dados oficiais dos 26 estados e do Distrito Federal.

O total de mortes violentas ainda é elevado, mas representa um alento: o Brasil atingiu o menor número da série histórica do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, que coleta os dados desde 2007, e do Monitor da Violência, que coleta desde 2018. É o segundo ano seguido que isso acontece: em 2021, foram 41,2 mil mortes.

Os dados, no entanto, acendem um alerta: a tendência de queda de violência no país, iniciada em 2018, pode estar chegando ao fim, avisam especialistas.

Veja os principais destaques do levantamento:

- ❑ O Brasil teve 40,8 mil assassinatos em 2022, o menor número da série histórica do FBSP - uma queda de 1% em relação a 2021;
- ❑ No último trimestre, porém, um alerta: houve alta de 6,4% nas mortes;
- ❑ Redução das mortes foi puxada por Norte (-3,5%) e Nordeste (2,2%);
- ❑ Destaque para as quedas no Amapá (-28,5%) e Roraima (14,1%);
- ❑ Mesmo com a queda nacional de 1%, 14 estados brasileiros tiveram alta de mortes;

- ❑ Centro-Oeste puxou a alta (4,5%), liderado pelo Mato Grosso (24,1%);
- ❑ Número de mortes voltou a subir em São Paulo (7,1%) e Minas Gerais (6,3%)
- ❑ **Segundo os especialistas, diversos fatores estão por trás dos indicadores de violência em queda nos últimos anos: políticas públicas estaduais, mudança nas dinâmicas dos grupos criminosos, mais recursos disponíveis para o setor da segurança pública, entre outros.**

Este levantamento faz parte do **Monitor da Violência**, uma parceria do g1 com o Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV-USP) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Queda histórica e seus motivos

O número de assassinatos no Brasil em 2022 é o menor se for levada em conta a série histórica do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, iniciada em 2007, e os levantamentos realizados pelo Monitor da Violência desde 2018.

O patamar impressiona porque, até 2011, o Fórum contabilizava as ocorrências (em que é possível ter mais de uma vítima). Já os dados coletados desde 2012 pelo Fórum e desde 2018 pelo g1 se referem a números de vítimas. Mesmo assim, os números dos últimos anos são os menores da série histórica.

Os especialistas do Núcleo de Estudos da Violência da USP e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública elencam alguns pontos para explicar a queda dos indicadores nos últimos anos:

- Mudança na dinâmica do mercado criminoso de drogas brasileiro
- Criação de programas de focalização e outras políticas públicas
- Redução do número de jovens na população
- Criação do SUSP e mudanças nas regras de repasses

Bruno Paes Manso destaca que, desde 2018, houve uma redução de mais de 18 mil casos de mortes no país por ano. "Isso incluindo quatro anos do governo Bolsonaro, onde mais de 1 milhão de armas entraram em circulação. É uma grande incógnita que a gente precisa lidar", diz.

"O governo [Bolsonaro] argumentava que, com mais armas em circulação, as pessoas ficam com mais receio de assaltarem os outros. Por isso, as mortes diminuem. Isso é um equívoco, uma fala fora da realidade porque, **do total de mortes, menos de 5% são decorrentes de assaltos**. O que acontece é que, com **mais armas em circulação, como mostram diversos estudos, aumentam homicídios circunstanciais, em brigas de trânsito, em brigas de bar. Aumentam também os suicídios e a violência doméstica.**"

Ele ainda destaca que houve um **crescimento de homicídios políticos** -- ou seja, motivadas por questões e opiniões políticas. Mesmo com estes fatores, as mortes de forma geral conseguiram cair motivadas pelos pontos citados acima, como mudanças no cenário criminal e políticas públicas estaduais, defendem os especialistas.

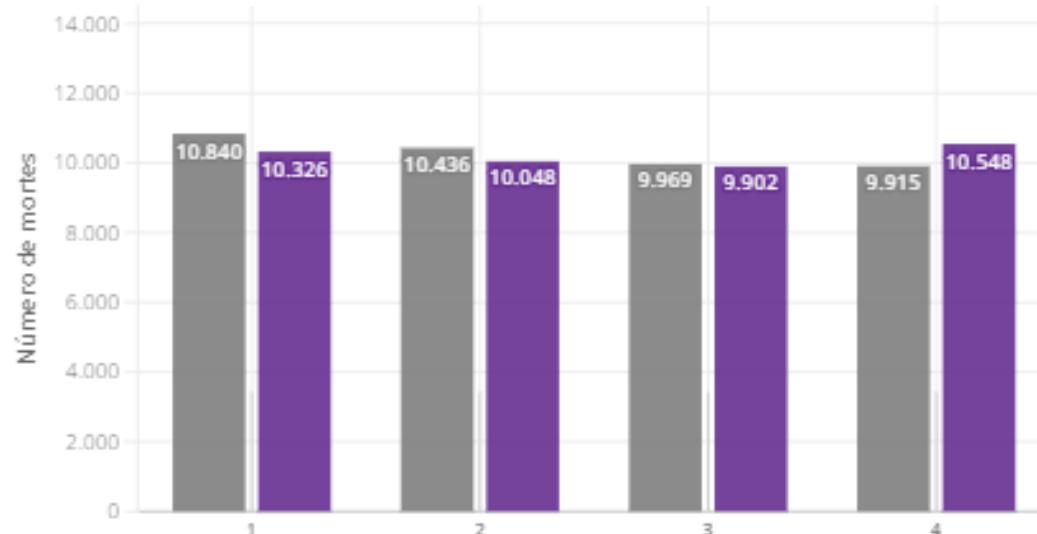
E o que vem pela frente?

Mesmo com a queda dos últimos anos, há pontos de atenção. A oscilação de 1% em 2022 é um deles. Inclusive, este índice foi puxado para cima por conta do final do ano, que representou uma mudança de direção nos indicadores de violência, como é possível ver no gráfico a seguir.

Alta de mortes no fim de 2022

clique no ano para ver seu gráfico específico

■ 2021 ■ 2022



g1

"Uma informação preocupante é o crescimento no quarto trimestre de 2022 em relação ao mesmo período de 2021 de 6,4%. Ou seja, o que antes vinha como uma queda muito acentuada e marcada, agora, no último trimestre do ano, se transformou em uma subida", diz Renato Sérgio de Lima, do FBSP.

Renato destaca que a alta é puxada por estados da região Sudeste -- e não de regiões historicamente mais violentas, como Norte ou Nordeste. "Mostra que alguma coisa desandou em estados que tinham bons indicadores para mostrar", aponta o pesquisador.

Renato e Samira Bueno, do FBSP, ainda afirmam que os pontos de atenção não estão apenas nos números, mas também no cenário político dos últimos anos.

"A política [de Jair Bolsonaro] na área relegou as polícias estaduais a meras coadjuvantes e ficou concentrada na liberação irresponsável e irrestrita de armas de fogo e munições; no incentivo à radicalização ideológica de integrantes das forças de segurança, sobretudo as militares; e na divulgação de grandes operações de apreensão de drogas pela PRF e pela PF", dizem.

"Se esse cenário for mantido, o governo Lula corre o sério risco de encerrar seu primeiro ano à frente do país com crescimento da violência letal e, na guerra de narrativas, é preciso que reformas substantivas sejam levadas a cabo ao mesmo tempo que a inapetência e a inexistência de políticas nacionais da gestão passada sejam explicitadas."

Alertas regionais: disputas entre facções

Em termos regionais, também há pontos de atenção, já que **aproximadamente metade dos estados brasileiros teve aumento na violência no ano passado - 14 das 27 unidades da federação.**

Em dois casos mais dramáticos, do **Mato Grosso e do Acre, disputas entre facções estão por trás da escalada de violência** -- o que mostra que a situação não está mais tão pacificada, já que disputas territoriais seguem causando mortes em locais específicos do país, apesar do processo de profissionalização passado pelas facções nos últimos anos.

O Mato Grosso teve um aumento de 24% nos registros de assassinatos entre 2021 e 2022. Foram quase 200 mortes a mais de um ano para o outro. O estado, inclusive, acabou puxando a alta de 4,5% da região Centro-Oeste.

O Acre também foi um destaque negativo, com 19% de alta. O governo afirma que a principal causa por trás do aumento de mortes também foi o acirramento de confrontos armados entre facções criminosas, que acaba gerando mortes por execução nas disputas de território. Em 2022, por exemplo, dos mais de 190 homicídios dolosos registrados, mais de 80 foram execuções.

Em novembro, após a escalada da violência, o secretário de Segurança e Justiça do Acre, coronel Paulo Cézar, afirmou que as ordens dos confrontos partem de presídios do estado e, também, do país vizinho, Bolívia. "Há um movimento envolvendo lideranças criminosas, crime organizado, principalmente narcotráfico", afirmou.

Para tentar conter a escalada, o governo diz que trabalha na padronização do sistema prisional, além de ter criado um grupo especial para policiar áreas de fronteira e ter adquirido equipamentos novos para as forças de segurança.

Tendência muda em São Paulo e Minas

Os dados mostram uma reversão da tendência de queda das mortes em Minas Gerais e São Paulo, que vinham tendo reduções sucessivas das mortes violentas nos últimos anos.

O caso paulista é ainda mais emblemático, pois o estado registrou duas décadas praticamente ininterruptas de queda nos assassinatos, deixando de ser um dos mais violentos para ter a menor taxa de homicídios do país.

Em 2022, São Paulo teve aumento de 7,1% nas mortes violentas em relação ao ano anterior: passaram de 3.096 para 3.316. Foi a quinta maior alta do país. Mesmo assim, o estado manteve a **menor taxa de assassinatos, com 7,1 mortos por 100 mil habitantes**.

Já em Minas Gerais houve alta de 6,3% nas mortes violentas, que foram de 2.413, em 2021, para 2.564, no ano passado. O estado tem o quarto menor índice de assassinatos do país, com 12 mortes por 100 mil habitantes.

Amapá: sem disputa, mortes caem

Em 2021, o Amapá passou por uma situação semelhante ao Acre. O estado fechou aquele ano com alta de 19% nos assassinatos por conta de intensas disputas entre facções criminosas.

Em 2022, porém, a situação se pacificou, e o estado fechou o ano com uma significativa queda de 28,5% - a maior queda do Brasil, inclusive.

Ao g1 AC, o Delegado-Geral Uberlândio Gomes afirmou que a realização de uma operação voltada para combater crimes em áreas de tráfico de drogas dominadas por organização criminosas, chamada de Operação Asfixia, foi importante para a redução de crimes no estado.

"Destaca-se a 'Asfixia', que iniciou no dia 10 de março e teve sua última fase realizada no dia 28 de dezembro, na qual a Polícia Civil teve com duas frentes de atuação: o cumprimento de mandados de prisão e incursões em diversos bairros com o objetivo de aumentar o enfrentamento à criminalidade organizada, aos crimes violentos e ao tráfico de drogas", pontuou.

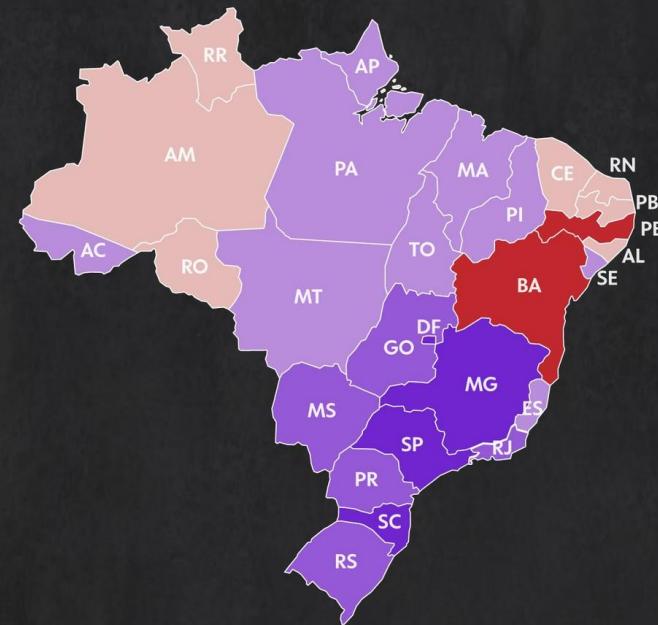
Veja abaixo o ranking dos estados pela taxa de assassinatos a cada 100 mil habitantes:

1. Pernambuco: 35,3 (mortes a cada 100 mil habitantes)
2. Bahia: 34,2
3. Alagoas: 33,5
4. Amazonas: 33,5
5. Ceará: 32,2
- 23.** Rio Grande do Sul: 15,3
- 24.** Minas Gerais: 12
- 25.** Distrito Federal: 9,7
- 26.** Santa Catarina: 8,7
- 27.** São Paulo: 7,1

Taxas por 100 mil habitantes

Veja abaixo as taxas de mortes
por 100 mil habitantes de cada estado

Em %



RN não tem nenhum ataque criminoso depois de 11 dias seguidos de violência



O Rio Grande do Norte não teve nenhum ataque criminoso neste sábado (25) depois de 11 dias consecutivos de ataques.

O que aconteceu

- Houve ataques contra prédios públicos, comércios, veículos públicos e privados. As autoridades locais dizem que os ataques foram realizados pela facção criminosa que atua no estado conhecida como **Sindicato do Crime**.
- A facção Sindicato do Crime foi formada em 2012 por dissidentes do PCC (Primeiro Comando da Capital), organização criminosa que atua dentro e fora dos presídios paulistas.

Violência está ligada à violação de direitos humanos

- As violações aos direitos humanos nos presídios do estado estão no cerne da onda de violência.**
- O órgão federal Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT) produziu um relatório que denuncia condições em presídios. O documento cita tortura por parte de policiais penais, castigos físicos, hiperlotação em dois presídios vistoriados, comida estragada, subnutrição dos presos, tuberculose e surtos de dermatite.

Entenda o que pode estar por trás do histórico de ataques de facções no RN



Desde 2016, o Rio Grande do Norte viveu pelo menos quatro ondas de ataques contra prédios públicos, com queima de ônibus do transporte público em diferentes cidades, provocadas por facções criminosas que atuam no estado.

Em comum, essas ondas de violência -- registradas em 2016, 2017, 2018 e agora -- estavam relacionadas de alguma maneira ao que se passava dentro dos presídios potiguares -- tomados por integrantes de facções criminosas que rivalizam no estado.

Desde terça-feira (14), mais de 20 cidades, incluindo a capital, Natal, registram ataques a tiros e incêndios contra prédios públicos, comércios e veículos públicos e privados, que, segundo as autoridades locais, são realizados por uma facção que atua nos presídios.

O Ministério Público do Rio Grande do Norte (MPRN) apura as motivações dos ataques. Até o momento, segundo o MPRN, **a causa apontada é a insatisfação dos detentos com a ausência de "regalias", inclusive visitas íntimas -- que não estão previstas na Lei de Execuções Penais. As visitas íntimas estão suspensas desde o massacre de Alcaçuz, em 2017.**

Mensagens que circularam nas redes sociais e são atribuídas ao Sindicato do Crime -- a facção dominante no estado-- mencionam uma suposta união com o Primeiro Comando da Capital (PCC) para atacar prédios públicos, em represália às condições nas unidades prisionais.

Autoridades do Ministério da Justiça e do governo do Rio Grande do Norte apontam uma trégua entre as duas facções nos ataques no estado.

Na quarta (15), familiares de detentos fecharam faixas da BR-101, em Natal, em protesto contra o tratamento dado aos presos, como falta de alimentação adequada e fim do banho de sol.

"Não é comum que as facções se unam em prol de mudanças no sistema. É inédito pensar nisso cinco anos depois do que aconteceu em Alcaçuz e da jura de morte que o PCC (Primeiro Comando da Capital) e o Sindicato do Crime teceram", diz a antropóloga Juliana Melo, professora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Em 2017, essas duas facções se enfrentaram em uma batalha campal dentro do Presídio Estadual de Alcaçuz que deixou 27 mortos. Segundo Melo, a partir de 2012 é formada a atual facção dominante, o Sindicato do Crime, que conviveu de forma mais ou menos pacífica com o PCC até 2016. Com o massacre de Alcaçuz, em janeiro do ano seguinte, houve o rompimento total entre as organizações criminosas.

1. Disputa de facções

Como explica a antropóloga Juliana Melo, na década de 2010, o PCC, já instalado no Rio Grande do Norte, tentou estabelecer uma relação de parceria com grupos criminosos locais, caso do Sindicato do Crime -- formado a partir de 2012, o grupo cresceu com dissidências da facção paulista.

No livro "A Guerra: a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil", os pesquisadores Bruno Paes Manso e Camila Nunes Dias descrevem o processo de expansão nacional do PCC, iniciado nos anos 2000, quando a facção já controlava presídios de outros dois estados além de São Paulo, ambos de fronteira e importantes para a rota do tráfico: Paraná e Mato Grosso do Sul.

Ao longo dos anos, a nacionalização continuou para outras regiões do país, desencadeando disputas com facções locais, que, de acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, levaram a sucessivos conflitos em presídios entre 2017 e 2018 em estados como Roraima, Amazonas, Acre e Rio Grande do Norte -- o caso de Alcaçuz.

Segundo Renato Souza Lima, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, **o Rio Grande do Norte em especial tem dois fatores de atração para facções criminosas: "Mercado e acesso aos portos da região para tráfico para a África e Europa".**

Em 2019, a Polícia Federal passou a apontar Natal como ponto de partida para o tráfico internacional de drogas, com envio de cocaína principalmente para Holanda e Bélgica. Nos últimos anos, aconteceram apreensões de grandes quantidades de cocaína no Porto da capital potiguar.

"Em 2016, há uma ruptura entre o PCC e o Sindicato do Crime", diz Melo. "A partir daí o Sindicato se coloca como mais atuante, como dominante e faz os primeiros ataques pela tentativa do governo de colocar bloqueadores de celular na prisão estadual de Parnamirim, próxima de Natal".

2. Histórico de ataques

Várias facções criminosas nasceram dentro das prisões brasileiras e a forte presença de seus integrantes em penitenciárias fizeram das unidades prisionais, como as potiguanas, um foco de atenção do crime organizado -- seja para impedir o controle efetivo das forças do Estado, seja para cobrar condições melhores para os presos, numa dinâmica também relacionada às disputas entre diferentes grupos criminosos.

No Rio Grande do Norte, explica a antropóloga Juliana Melo, **a maioria dessas ondas de ataques se deu em reação a medidas tomadas nos presídios.**

No final de julho de 2016, criminosos deram início a uma série de ataques com a queima de ônibus do transporte público de Natal e da região metropolitana. Depois, os ataques, que se estenderam até agosto, se espalharam pelo interior do estado, atingindo carros particulares, prédios públicos, agências bancárias e pontos turísticos.

A violência foi motivada, segundo o governo estadual, pela instalação de bloqueadores de sinal de celular em presídios -- uma medida para aumentar a segurança e o controle estatal das unidades prisionais.

Depois, em 2017, uma nova onda de ataques foi desencadeada após o massacre no Presídio Estadual de Alcaçuz. O presídio chegou a ficar vários dias sem controle do Estado.

3. Ponto de virada

O massacre de Alcaçuz marca um ponto de virada no sistema prisional potiguar, com a retomada do controle da unidade por parte do estado, que investiu em melhorias arquitetônicas e de segurança e proibiu as visitas íntimas.

A Lei de Execução Penal estabelece que é um direito do preso receber "visita do cônjuge, da companheira, de parentes e amigos em dias determinados", mas não menciona a visita íntima. Em uma resolução, o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP) recomenda aos departamentos penitenciários que seja assegurado o direito à visita íntima aos presos de ambos os sexos.

"A partir de 2017, há melhorias arquitetônicas, o prédio é reformado, limpo. O nível de segurança também passa a ser outro, retiram as tomadas, então não há mais celular lá dentro", explica Juliana Melo.

Entre 2019 e 2022, por exemplo, o governo concluiu a construção de um novo pavilhão e reformou o pavilhão de segurança máxima na penitenciária, conforme relatório da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP).

Também houve um aumento na quantidade de câmeras de monitoramento, que passaram de apenas três, em 2019, para 413, em 2020. Já em 2022, o governo instalou um sistema de videomonitoramento com mais de 1.400 câmeras, segundo o relatório da SEAP.

Segundo a presidente do Sindicato dos Policiais Penais do Rio Grande do Norte, Vilma Batista, não há como comparar o sistema prisional antes e depois de 2017, quando, segundo ela, presos dormiam em pé, visitas íntimas eram usadas para o tráfico de drogas e havia casos de estupro e outras violações dentro de Alcaçuz. Também se investiu em ações de educação e trabalho.

"Mas **questões do tratamento dos presos, como casos de tortura, falta de acesso a medicamentos, alimentação inadequada, humilhação dos familiares, isso não mudou**", afirma a antropóloga Juliana Melo, que, depois da rebelião em Alcaçuz, acompanhou por anos familiares de presos na unidade.

"Eles relataram torturas dos mais variados tipos, como beber água sanitária, choque elétrico, ficar horas em posição de procedimento, ser obrigado a andar nu", diz Melo.

Após o massacre, a Força-Tarefa de Intervenção Penitenciária (FTIP) foi enviada ao Rio Grande do Norte. Tratava-se do braço penitenciário da Força Nacional de Segurança, composto por agentes penitenciários cedidos pelo governo federal e por governos estaduais para atuar em presídios com casos de rebelião.

Segundo Bárbara Coloniese, perita do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNCPT), a FTIP tem "práticas de violência enraizadas". O governo federal autorizou por 30 dias o uso da força-tarefa, rebatizada de Focopen (Força de Cooperação Penitenciária) na crise atual de segurança no Rio Grande do Norte. A Focopen atua na coordenação das ações dos serviços de guarda, de vigilância e de custódia de presos.

Procurado pelo g1, o Ministério da Justiça afirma que a atuação da Focopen é "pautada na doutrina de gerenciamento de crises, visando a estabilização da segurança, o apoio às assistências e o auxílio na humanização do cumprimento de pena".

Em 2018, uma nova onda de ataques simultâneos foi registrada no Rio Grande do Norte e em Minas Gerais. Ônibus foram incendiados e prédios públicos, atacados com tiros. Em um dos ônibus atacado, a polícia encontrou um bilhete que atribuía à uma facção criminosa a ordem para os ataques como forma de reivindicação de melhores condições nos presídios de Itajubá (MG) e Alcaçuz.

4. Problemas persistentes

A antropóloga Juliana Melo explica que **o quadro hoje nos presídios potiguares é de ausência de direitos já estabelecidos; alimentação precária, provocando quadros de desnutrição; além de forte opressão, com casos de tortura.**

"Isso gera muita revolta no sistema e acaba transbordando para a rua, como estamos vendo agora, provocando uma espiral de violência", diz ela. "Eles sabem que o que eles fazem aqui na rua também vai ter consequências lá dentro, aumentam as torturas".

Inspeções em unidades prisionais do estado realizadas em novembro de 2022 por um órgão federal colegiado vinculado ao Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, o Mecanismo Nacional de Prevenção em Combate à Tortura (MNPCT), apontaram práticas de tortura, comida estragada e desassistência de saúde. A governadora Fátima Bezerra (PT) afirmou que as denúncias serão investigadas. O MPRN diz que instaurou procedimentos e está acompanhando a apuração das denúncias.

De acordo com a perita do MNCPT Bárbara Coloniese menos de 3% dos presos trabalham e praticamente não há ações para a ressocialização dos presos.

Além disso, explica ela, há um problema de superlotação, com algumas celas abrigando mais de 40 pessoas.

Segundo a Seap, o Rio Grande do Norte tem 7.804 presos. O número está acima do total de vagas (6.353) -- um déficit de 1.451 vagas.

Para a antropóloga Juliana Melo, as condições dentro do sistema prisional se refletem na violência do lado de fora, provocando uma "espiral de violência".

"Precisamos construir presídios que valorizem a dignidade humana para que essas pessoas saiam recuperadas para um convívio que, inevitavelmente, vai acontecer -- já que no Brasil não temos pena de prisão perpétua. Em vez disso, nossas prisões acabam potencializando os criminosos e criando pessoas que saem de lá com ódio e vontade de se vingar".

PF faz operação contra grupo que planejava matar autoridades; Moro era um dos alvos



A Polícia Federal cumpre 11 mandados de prisão e 24 mandados de busca e apreensão contra um **grupo suspeito de planejar atentados contra servidores públicos e autoridades**. Entre os alvos dos ataques – que incluíam planos de assassinato – estão **um senador e um promotor de Justiça**.

O **ex-juiz Sergio Moro (União Brasil-PR)** afirmou ser o parlamentar ameaçado. Pelas redes sociais, o senador agradeceu a atuação das Polícias Federal e Militar do Paraná.

Já o promotor de Justiça alvo do grupo criminoso seria, segundo informação obtida pelo site Metrópoles, **Lincoln Gakiya, que integra o Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado de São Paulo (Gaeco)**.

Segundo a PF, a organização criminosa desmantelada nesta quarta-feira “pretendia realizar ataques contra servidores públicos e autoridades, incluindo homicídios e extorsão mediante sequestro”, em pelo menos cinco estados. Os ataques, ao que tudo indica, seriam feitos de forma simultânea em Roraima, no Paraná, no Distrito Federal, no Mato Grosso do Sul e em São Paulo.

Os principais alvos, de acordo com a investigação, são do Paraná e de São Paulo. A informação de que um senador e um promotor de Justiça estariam entre as vítimas dos atentados foi revelada por Flávio Dino, ministro da Justiça e Segurança Pública.

“Foi investigado e identificado um plano de homicídios contra vários agentes públicos (entre os quais um senador e um promotor de Justiça)”, escreveu o ministro em uma rede social. “Hoje a Polícia Federal está realizando prisões e buscas contra essa quadrilha. Meus cumprimentos às equipes da PF pelo importante trabalho”.

Ao todo, são 120 policiais federais envolvidos na **operação**, batizada de **Sequaz**. São 11 mandados de prisão, sendo 7 de prisão preventiva e 4 de prisão temporária. Há ainda 24 mandados de busca e apreensão sendo cumpridos neste momento. Os presos estão no Mato Grosso do Sul, Rondônia, São Paulo e Paraná. A identidade deles ainda não foi revelada.

As 50 cidades mais violentas do mundo (o Brasil tem 10 na lista)



A cidade com mais insegurança no planeta é Colima, no México, com uma taxa de 181,94 mortes violentas por 100 mil habitantes, segundo o ranking elaborado pela ONG mexicana Conselho Cidadão para a Segurança Pública e a Justiça Penal. Os dados se referem ao ano de 2022 e levam em conta a taxa de homicídios por 100 mil habitantes.

Em 2021, a também mexicana Zamora estava em primeiro lugar — nesta edição está em segundo. O México tem 17 municípios no ranking, e **o Brasil vem em segundo lugar com dez**. Estados Unidos tem sete cidades na lista, e a Colômbia tem seis entre as mais violentas do mundo.

"A situação das cidades do México é resultado de políticas fracassadas aplicadas desde a virada do século, que tem consistido em tolerar a violência de grupos criminosos e a existência de milícias privadas, que desafiam o monopólio do Estado sobre a segurança pública", diz o relatório da ONG.

As 10 cidades mais violentas do Brasil

O Brasil tem dez das 50 cidades mais violentas do mundo. **Mossoró, no Rio Grande do Norte tem a pior taxa de homicídios por 100 mil habitantes do país (63,21) e ocupa a 11ª posição na lista mundial.**

O Brasil diminuiu o número de cidades entre as mais violentas do mundo. No último ranking, 11 municípios apareciam na lista, sendo Feira de Santana, na Bahia, a que estava em primeiro lugar — agora está em quarto. Na análise feita pela ONG mexicana, **as cidades brasileiras diminuíram a taxa média de mortes por 100 mil habitantes entre 2021 e 2022.**

"Os países que seguiram políticas públicas não acomodando-se aos criminosos houve um progresso notável. O Brasil tem cada vez menos cidades na lista e com taxas mais baixas", afirma o relatório de análise da ONG.

As 50 cidades mais violentas do mundo

Brasil tem 10 cidades entre as mais violentas do mundo (em negrito)

Posição	Cidade	País	Homicídios	Habitan tes	Taxa
1	Colima	México	601	320.329	181,94
2	Zamora	México	552	310.575	177,73
3	Ciudad Obregón	México	454	328.430	138,23
4	Zacatecas	México	490	363.994	134,62
5	Tijuana	México	2.177	2.070.875	105,12
6	Olaya	México	740	742.662	99,64
7	Urúapan	México	282	360.339	78,26
8	New Orleans	Estados Unidos	266	376.971	70,56
9	Judrez	México	1.034	1.527.482	67,69
10	Acapulco	México	513	782.661	65,88
11	Mossoró	Brasil	167	264.181	63,21
12	Cape Town	África do Sul	2.998	4.758.405	63,00
13	Irapuato	México	539	874.997	61,40
14	Querétaro	México	410	681.086	60,20
15	Durban	África do Sul	2.405	4.050.068	59,37
16	Kingston	Jamaica	722	1.235.013	58,46
17	Baltimore	Estados Unidos	333	576.498	57,76
18	Mandela Bay	África do Sul	687	1.205.484	56,99
19	Salvador	Brasil	2.065	3.678.414	56,68
20	Puerto Príncipe	Haiti	1.596	2.915.000	54,75
21	Manaus	Brasil	1.041	2.054.731	50,66
22	Feliz de Santana	Brasil	327	652.592	50,11
23	Detroit	Estados Unidos	309	632.464	48,86
24	Guayaquil	Ecuador	1.537	3.217.353	47,77
25	Memphis	Estados Unidos	302	632.464	47,75
26	Vitória da Conquista	Brasil	184	387.524	47,48
27	Cleveland	Estados Unidos	168	367.991	45,65
28	Natal	Brasil	569	1.262.741	45,06
29	Cancún	México	406	920.865	44,09
30	Chihuahua	México	414	944.413	43,84
31	Fortaleza	Brasil	1.678	3.036.509	42,63
32	Call	Colômbia	1.007	2.392.381	42,09
33	Morelia	México	359	853.831	42,05
34	Johannesburgo	África do Sul	2.547	6.148.333	41,43
35	Recife	Brasil	1.494	3.745.082	39,89
36	Maceió	Brasil	379	960.667	39,45
37	Santa Marta	Colômbia	280	712.896	39,28
38	León	México	782	2.077.830	37,64
39	Milwaukee	Estados Unidos	214	569.330	37,59
40	Teresina	Brasil	324	868.923	37,30
41	San Juan	Porto Rico	125	337.300	37,06
42	San Pedro Sula	Honduras	278	771.627	36,03
43	Buenaventura	Colômbia	111	315.743	35,16
44	Ensenada	México	157	449.425	34,93
45	Distrito Central	Honduras	389	1.185.662	32,81
46	Filadélfia	Estados Unidos	516	1.576.251	32,74
47	Cartagena	Colômbia	403	1.287.829	31,29
48	Palmeira	Colômbia	110	358.806	30,66
49	Cócuta	Colômbia	296	1.004.451	29,47
50	San Luis Potosí	México	365	1.256.177	29,06

Fonte: ONG Conselho Cidadão para a Segurança Pública e a Justiça Penal

Ataque a escola em SP



Ataque a escola estadual Thomazia Montoro, na Vila Sônia, Zona Oeste da capital paulista

No último dia 27 (março), **a professora Elisabete Tenreiro, de 71 anos, morreu e outras quatro pessoas ficaram feridas após serem esfaqueadas por um aluno de 13 anos. O agressor, que estudava no oitavo ano na escola, foi desarmado por professoras** e está internado em uma unidade da Fundação Casa.

A polícia investiga a participação de outros dois alunos no ataque e a Justiça concedeu a quebra de sigilo do celular, do computador e do videogame Xbox do adolescente que matou Elisabete.

A professora Beth não tinha completado nem dois meses de trabalho na Escola Estadual Thomazia Montoro quando foi esfaqueada pelas costas por um aluno na sala de aula. O assassino também estava na escola havia pouco tempo, desde o início de março.

Na escola anterior, o comportamento agressivo e as ameaças de atos violentos foram notados e preocuparam professores e pais. A direção registrou um boletim de ocorrência.

Com poucos dias na nova escola, ele brigou com os novos colegas. Uma dessas brigas, foi Beth quem separou.

Investigação

A Justiça concedeu a quebra de sigilo do celular, do computador e do videogame Xbox do adolescente que matou Elizabeth.

O delegado do 34º DP levou os equipamentos à sede do Decap, departamento que administra as delegacias da capital, para fazer a extração dos dados. O procedimento é feito por um equipamento israelense, com software que busca em aparelhos eletrônicos de comunicação os arquivos e informações em períodos determinados, mesmo que tenham sido apagados.

A polícia não sabe dizer quando tempo levará para fazer a extração dos dados. Para a polícia, o acesso às informações poderá comprovar ou descartar a participação de outras pessoas no plano do ataque. Até quarta-feira (29), os investigadores acreditavam que o aluno teve incentivo ou ajuda de duas pessoas.

Psiquiatras

Ainda nesta segunda, o adolescente acusado de matar a professora e ferir outras quatro pessoas deverá ser avaliado por uma equipe de peritos, com três psiquiatras (sendo um deles também psicólogo) e um médico clínico geral. A medida atende um pedido feito pelo juiz da Vara da Infância, que deverá tomar uma decisão em uma audiência que acontecerá nesta terça-feira (4).

Enquanto isso, o adolescente segue internado provisoriamente em uma unidade da Fundação CASA, após a justiça acatar um pedido do MP da capital. Ele pode ficar internado provisoriamente por, no máximo, 45 dias, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente. Após sentença, o jovem poderá cumprir medida socioeducativa de até 3 anos.

"O contexto dos autos revela envolvimento do adolescente em ato infracional equiparado a crimes punidos com reclusão, possuindo capacidade de corromper sua formação moral e/ou intelectual e de colocá-lo em risco de lesão física grave", justificou o juiz da 2ª Vara Criminal da Comarca de Taboão da Serra.

A Justiça também acatou o pedido de representação enviada pelo Ministério Público de Taboão da Serra, na região metropolitana. Na nova denúncia, a Promotoria analisou dois possíveis atos infracionais equiparados aos crimes de ameaça e extorsão que teriam sido cometidos pelo adolescente no início de fevereiro, quase dois meses antes do ataque ocorrido nesta semana, contra um garoto de sua antiga escola, a E.E. Prof. Roberto José Pacheco.

O estudante foi ouvido na tarde da última terça (27) pelo Ministério Público de São Paulo.

O que se sabe sobre o ataque?

- O ataque ocorreu dentro da sala de aula, por volta das 7h20, no momento em que a professora fazia a chamada;
- O agressor é um aluno de 13 anos de idade, que cursa o oitavo ano na escola. Quatro professoras e um aluno foram esfaqueados;
- Enquanto ele atacava uma das vítimas, Cinthia, professora de educação física, conseguiu imobilizá-lo, e outra professora, Sandra, o desarmou;
- Logo depois chegaram agentes da Ronda Escolar, e o aluno foi encaminhado a uma delegacia;

- ❑ O aluno e as outras duas professoras que foram atingidas pelo agressor também foram levadas a hospitais e tiveram alta ainda na segunda;
- ❑ A professora de ciências Elisabete Tenreiro, de 71 anos, levou cinco facadas. Ela teve uma parada cardíaca após ser atacada e não sobreviveu;
- ❑ Ao ficarem sabendo do ataque, pais se dirigiram à escola, para retirar os filhos. Na porta da escola, os responsáveis relataram à reportagem da TV Globo que agressões físicas entre os alunos eram constantes na escola;

- ❑ Segundo estudantes, em um momento anterior, a professora Elisabete separou uma briga entre o agressor e outro estudante e, após isso, o autor do ataque teria interesse em se vingar. Os colegas contam que a briga começou porque o agressor usou termos racistas durante uma discussão. "Chamou o menino de preto, de macaco e aí o menino não gostou, partiu pra cima dele, aí a Bete, que é a professora, separou", afirmou um dos estudantes;
- ❑ O secretário da Educação de São Paulo, Renato Feder, confirmou que, na semana passada, o assassino discutiu com um colega e foi advertido pela professora Elisabete;
- ❑ O governo paulista decretou luto de três dias pela morte da professora e as aulas na escola foram suspensas;
- ❑ Um dia após os ataques, alunos fizeram uma vigília na porta da unidade.

Histórico violento

Há um mês, a direção da Escola Estadual José Roberto Pacheco, na Grande São Paulo, onde o agressor estudava antes, registrou um boletim de ocorrência alegando que o adolescente apresentava um comportamento suspeito nas redes sociais, postando vídeos com armas de fogo e simulando ataques violentos. Ainda segundo o B.O., o aluno mandou mensagens com fotos de armas aos demais colegas.

Os responsáveis pelo agressor foram convocados e orientados pela direção. Depois disso, ele foi transferido de unidade.

A mãe do adolescente autor do ataque informou à Polícia Civil que sabia que o filho conversava sobre "massacres escolares" com um colega nas redes sociais. Segundo apurado pelo g1, ela também disse que o filho teve de ser transferido da escola anterior há cerca de um mês porque ele apresentou "falas e ações referentes a possível massacre no interior da escola contra demais alunos".

Brigas frequentes, bullying, falta de segurança

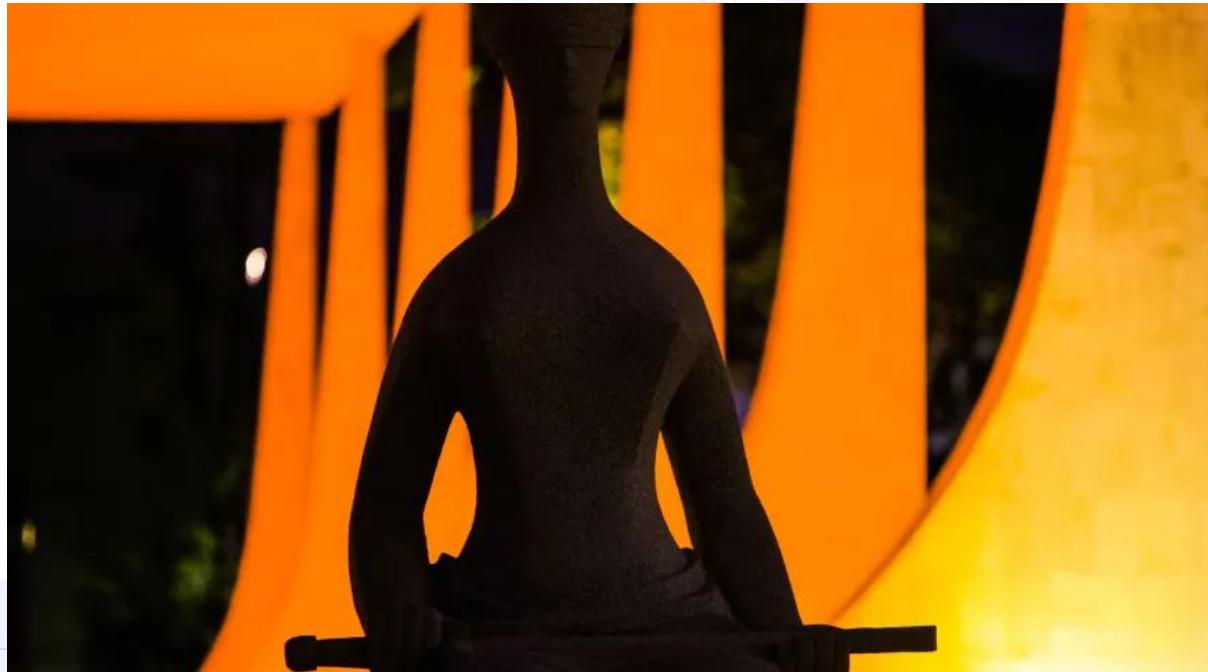
Brigas frequentes, bullying, falta de segurança. Localizada em uma rua sem saída, na Vila Sônia, Zona Oeste da cidade de São Paulo, a Escola Estadual Thomazia Montoro entre seus muros pintados de cor salmão, com três portões de azul vibrante.

A escola faz parte do Programa de Ensino Integral (PEI), projeto do governo do estado de São Paulo, desde 2021 -- no governo de João Doria (então no PSDB). Segundo dados do Censo Escolar, conta com 15 professores e aproximadamente 300 alunos matriculados do 6º ao 9º ano do ensino fundamental.

Em coletiva de imprensa, o secretário, Renato Feder, disse que o governo vai ampliar o programa Conviva, que disponibilizava atendimento psicológico para 500 escolas, de uma rede de mais de 5 mil.

"A gente vai ampliar isso para alcançar todas as escolas. Essa é uma medida muito importante, não é do dia para noite porque a gente precisa treinar e selecionar essas pessoas, mas a gente vai manter os profissionais das diretorias de ensino e ampliar de 500 para 5.000 profissionais dedicados ao Conviva, um por escola", afirmou Feder. (veja abaixo nota da Secretaria da Educação).

Saiba quem pode ocupar cela especial mesmo após STF derrubar permissão a presos com curso superior



O Supremo Tribunal Federal (STF) derrubou nesta semana uma regra que garantia a pessoas com ensino superior o benefício de ficarem presas em celas especiais provisoriamente. Os ministros seguiram o voto do relator, Alexandre de Moraes.

O Artigo 295 do Código de Processo Penal (CPP) estabelece em quais condições o preso pode ficar em cela especial enquanto não for condenado definitivamente.

Em 2015, contudo, a Procuradoria Geral da República (PGR) açãoou o Supremo argumentando que, no caso de presos com nível superior, a permissão para cela especial violava a Constituição, ferindo os **princípios da dignidade humana e da isonomia**.

Ao analisar o caso, o STF atendeu ao pedido da PGR e derrubou a permissão. Mas ministros ressaltaram que **presos podem ser separados, inclusive os com diploma de curso superior, para garantir a proteção da integridade física, moral ou psicológica**, como prevê a lei.

Em quais situações o preso tem direito a cela especial?

Em todos os casos, a cela especial só é garantida em caso de prisão preventiva, ou seja, quando não houver condenação definitiva contra o detento. Em caso de sentença final, o preso fica em cela comum.

Veja abaixo as situações em que, conforme o Código de Processo Penal, o preso tem direito a ficar em cela especial:

- ministros de Estado;
- governadores ou interventores, secretários, prefeitos, vereadores e chefes de polícia;
- membros do Congresso Nacional e das assembleias legislativas estaduais;
- cidadãos inscritos no "Livro de Mérito";
- oficiais das Forças Armadas e militares dos estados e do Distrito Federal;
- magistrados;

- ministros de confissão religiosa;
- ministros do Tribunal de Contas;
- cidadãos que já tiverem exercido a função de jurado, salvo quando excluídos da lista por motivo de incapacidade para o exercício daquela função;
- delegados de polícia e os guardas-civis dos estados, ativos e inativos.

Outras categorias

Além das situações previstas no Código de Processo Penal, outras leis também garantem condições especiais no caso de prisão de outros profissionais. Veja:

Advogados

A Lei 8.906/94, conhecida como Estatuto da Advocacia, estabelece que advogados têm direito a uma Sala de Estado Maior se forem presos ou, se não houver essa sala, a prisão domiciliar.

Integrantes do Ministério Público

A Lei 8.625/93, que estipula as regras gerais do Ministério Público, prevê que o membro do órgão têm direito a "ser custodiado ou recolhido à prisão domiciliar ou à sala especial de Estado Maior, por ordem e à disposição do Tribunal competente, quando sujeito a prisão antes do julgamento final".

Professores:

A lei 7.172/83 afirma que a regalia de cela especial prevista no Código de Processo Penal é extensiva aos professores do ensino de 1º e 2º graus.

Jornalistas:

A lei 5.250/67, conhecida como Lei de Imprensa, prevê que, em casos de crimes relacionados à profissão, "o jornalista profissional não poderá ser detido nem recolhido preso antes de sentença transitada em julgado; em qualquer caso, somente em sala decente, arejada e onde encontre todas as comodidades".

O parágrafo único diz que "a pena de prisão de jornalistas será cumprida em estabelecimento distinto dos quais são destinados a réus de crime comum e sem sujeição a qualquer regime penitenciário ou carcerário".

Anvisa aprova vacina contra dengue para faixa etária de 4 a 60 anos



A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou, nesta quinta-feira (2), o registro de uma **nova vacina contra a dengue, a Qdenga (TAK-003)**, do **laboratório japonês Takeda Pharma**. É o primeiro imunizante liberado no Brasil para pessoas que nunca entraram em contato com o vírus da dengue, mas ele também poderá ser aplicado em quem também já teve a doença.

Portanto, **não há distinção entre quem teve ou não a dengue. A vacina poderá ser aplicada em ambos os casos.**

- De acordo com a Anvisa, a Qdenga é indicada para a faixa etária de 4 a 60 anos;
- É aplicada em um esquema de duas doses, com intervalo de três meses entre as aplicações;
- A vacina é composta por quatro sorotipos diferentes do vírus causador da doença.

A partir da aprovação da Anvisa, a Qdenga já pode ser comercializada no Brasil na rede privada e no Sistema Único de Saúde (SUS), caso o Ministério da Saúde decida pela sua incorporação.

Até então, a única vacina contra a dengue disponível no Brasil era a Dengvaxia, fabricada pelo laboratório francês Sanofi Pasteur. O imunizante é recomendado somente para quem já foi infectado com o vírus da dengue. Essa vacina protege contra uma possível segunda infecção, que, no caso da dengue, pode se manifestar de forma mais agressiva e levar à morte.

Eficácia da Qdenga

Nos ensaios clínicos, a Qdenga mostrou ter uma eficácia geral de 80,2% contra a dengue causada por qualquer sorotipo após 12 meses da segunda dose. A vacina também reduziu as hospitalizações em 90%.

Em dezembro de 2022, a agência sanitária europeia European Medicines Agency também autorizou o uso do imunizante na União Europeia.

Vacina do Butantan

O Instituto Butantan também está desenvolvendo uma vacina contra a dengue: a Butantan-DV. Os trabalhos começaram há mais de 10 anos e, agora, entraram na reta final.

Nos ensaios clínicos de fase 3, o imunizante mostrou uma eficácia de 79,6% para evitar a doença. O estudo seguirá até todos os voluntários completarem cinco anos de acompanhamento, em 2024. A partir daí, o imunizante poderá ser submetido para aprovação da Anvisa.

Recorde de mortes

Em 2022, o Brasil registrou 1.016 mortes por dengue em 2022, algo nunca visto desde a década de 1980, quando a doença "ressurgiu" no país e começou a ser mais frequente, com ciclos de maior e menor intensidade.

Foram 1.450.270 casos prováveis da doença no país no ano passado — um aumento de 162,5% se comparado com 2021.

Períodos chuvosos, principalmente no verão, aliados à diminuição da percepção de risco para a dengue, são apontados como os principais motivos que levaram à alta nos casos e mortes em 2022.

Com a chuva, aumentam os riscos de água parada. É o cenário perfeito para que o Aedes aegypti se reproduza.

O que é essencial saber sobre a dengue:

- ❑ O vírus da dengue é transmitido pela picada da fêmea do mosquito Aedes aegypti infectado e possui quatro sorotipos diferentes — todos podem causar as diferentes formas da doença;
- ❑ Todas as faixas etárias são igualmente suscetíveis à doença, porém as pessoas mais velhas e aquelas que possuem doenças crônicas, como diabetes e hipertensão arterial, têm maior risco de evoluir para casos graves e outras complicações que podem levar à morte;

- ❑ **Os principais sintomas são:** febre alta (acima de 38°C), dor no corpo e articulações, dor atrás dos olhos, mal-estar, falta de apetite, dor de cabeça e manchas vermelhas no corpo. A forma grave da doença inclui dor abdominal intensa e contínua, náuseas, vômitos persistentes e sangramento de mucosas;
- ❑ **A dengue hemorrágica,** forma mais grave da doença, é mais comum quando a pessoa contrai o vírus pela segunda vez;
- ❑ Ao apresentar os **sintomas**, é importante procurar um serviço de saúde para diagnóstico e tratamento;
- ❑ **Como evitar a dengue?** O mais importante é não deixar água parada e acumulando por aí: o mosquito pode usar como criadouros grandes espaços, como caixas d'água e piscinas abertas, até pequenos objetos, como tampas de garrafa e vasos de planta.

Brasil atinge 700 mil mortes por Covid com mudança no perfil de vítimas



Três anos depois da primeira morte por Covid no país, o Brasil chega à triste **marca de 700 mil óbitos pela doença** com um cenário marcado por paradoxos.

Ao mesmo tempo em que **a pandemia teve uma desaceleração recente devido ao avanço na vacinação**, o país ainda enfrenta desafios como a baixa cobertura vacinal contra a Covid em algumas faixas etárias, como crianças menores de cinco anos.

Entremeado por histórias de vidas perdidas, o marco de 700 mil mortes também vem acompanhado de uma mudança no perfil da mortalidade pela doença em comparação a outros períodos - com **maior proporção de óbitos agora em pessoas acima de 80 anos e imunossuprimidas**, por exemplo.

Levantamento do InfoGripe, sistema da Fiocruz que acompanha registros de síndromes respiratórias graves, incluindo a Covid, também aponta **mortalidade até três vezes maior por Covid em pessoas não vacinadas em comparação àquelas que receberam doses.**

Para especialistas, **a vacinação é o ponto-chave para explicar o cenário de desaceleração da pandemia nos últimos meses.**

Exemplo disso está nos marcos anteriores da epidemia no país.

Da primeira morte por Covid no Brasil, em março de 2020, até o registro de 100 mil mortes pela doença, em agosto de 2020, passaram-se quase cinco meses. Os demais registros (de 200 mil, 300 mil até 600 mil mortes) ocorreram todos em 2021, sendo dois deles com intervalos de pouco mais de um mês. Desta vez, o país levou mais de um ano e cinco meses para a marca de 700 mil mortes.

O total consolida o Brasil como o segundo país em óbitos acumulados pela Covid, atrás apenas dos Estados Unidos.

Na prática, é como se a população de uma capital inteira, como Aracaju, tivesse sumido do mapa pouco a pouco nos últimos três anos. O total de vítimas da doença também é equivalente à população, somada, de 337 municípios entre aqueles de menor porte.

"É o que chamamos de mortes evitáveis", afirma Marcelo Gomes, coordenador do InfoGripe, para quem o número de mortes poderia ter sido menor se o país tivesse adotado políticas de controle mais cedo.

"Poderíamos, por exemplo, ter tido uma vacinação mais rápida e efetiva, com comunicação mais adequada com a população, sem discussões desnecessárias e ruídos que trouxeram dúvidas e levaram diversas pessoas a não se vacinarem."

Apesar desse atraso e desafios persistentes, a vacinação passou a ter avanços no segundo semestre de 2021 e, desde então, já traz mudanças no perfil de mortalidade pela doença.

Um exemplo são os dados da proporção de mortes por Covid entre as diferentes faixas etárias.

No último trimestre de 2020, antes do início da vacinação, a faixa de 60 a 79 anos respondia pela maior proporção de mortes pela doença (50%), segundo dados do Sistema de Informação da Vigilância Epidemiológica da Gripe (Sivep-Gripe).

A população de mais de 80 anos aparecia em segundo lugar, com 29%, e a de 45 a 59 anos, em terceiro, com 15%.

No segundo trimestre de 2021, com a vacinação já em andamento, caiu a proporção de vítimas tanto de 60 a 79 anos (43%) quanto de mais de 80 anos (13%). A de 45 a 59 anos, por outro lado, subiu (30%).

Já neste primeiro trimestre de 2023, a maior proporção de óbitos é registrada em pessoas acima de 80 anos (43%), seguida pela faixa de 60 a 79 anos (42%). A de 49 a 59 anos responde por 9%.

"À medida que a vacinação foi avançando, observamos uma redução geral no risco [de morte] para todas as faixas etárias, mas para jovens adultos essa diminuição foi muito maior do que para os idosos", diz Gomes.

O motivo é a resposta vacinal menor entre os mais idosos -fenômeno chamado de imunosenescênciia, quando há um declínio natural do sistema imunológico pelo envelhecimento.

Dados de boletim do Ministério da Saúde mostram ainda que, das mortes registradas por Covid em 2022, 66,5% eram de pessoas que tinham comorbidades, a maioria também idosos.

"O que a gente observa claramente depois que uma grande parcela da população mundial foi imunizada é que a Covid se concentra nos grupos mais vulneráveis. Quem são? As pessoas não vacinadas e, no Brasil, especialmente crianças", diz o infectologista Julio Croda, professor da UFMS (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul). "E outro grupo são pessoas que não respondem bem à vacina porque essa proteção não dura muito tempo, que são idosos e imunossuprimidos."

"A Covid-19, agora em 2023, é uma doença completamente diferente de quando a conhecemos em 2020. Naquela época, tive pacientes com menos de 40 anos que, mesmo sem comorbidades, evoluíram para óbitos", relata Alexandre Naime, vice-presidente da Sociedade Brasileira de Infectologia.

"Com a vacinação, hoje os quadros graves que evoluem para óbito são de pessoas que têm algum prejuízo na resposta imune, como pessoas de extremos de idade e imunossuprimidas", completa ele.

Outro grupo que registrou aumento na proporção de mortes por Covid foi o de menores de cinco anos, reflexo da baixa cobertura vacinal.

Dados do Ministério da Saúde apontam que apenas 48% das crianças de até 11 anos receberam a primeira dose de vacina contra a Covid. Além disso, só 33% tomaram a segunda.

Para Marinho, é preciso reforçar estratégias para recuperar o estímulo à vacinação. "Se não reverter essa baixa cobertura, isso vai afetar muito as crianças, porque já são mais suscetíveis a doenças respiratórias."

Já para idosos, especialistas dizem que uma estratégia seria, além de reforçar a proteção com a vacina bivalente, aumentar a oferta de tratamento antiviral.

Em novembro, o SUS decidiu incorporar na rede o Paxlovid, associação entre os antivirais nirmatrelvir, ritonavir e aprovado pela Anvisa para tratamento de casos leves e moderados em pacientes com maior risco de hospitalização. A rede de saúde também possui outras opções, como o baracetinib, indicado para casos graves.

A prescrição, sobretudo para o Paxlovid, porém, ainda é baixa, diz Naime. "Muitas vezes os médicos nem sabem que os medicamentos estão disponíveis. Depois acabamos internando o paciente com Covid grave."

Segundo o Ministério da Saúde, cerca de 50 mil tratamentos do Paxlovid foram distribuídos aos estados para serem utilizados nos casos indicados. Quantidade equivalente ainda deve ser distribuída, informa.

Em nota, a pasta alerta ainda que, para que a tendência de queda de mortes por Covid se mantenha, é necessário que a população se vacine e complete o esquema vacinal com todas as doses recomendadas.

Desde o fim de fevereiro, o governo realiza uma campanha com a vacina bivalente, que protege também contra a variante ômicron e subvariantes. A ideia é que sejam vacinados grupos mais vulneráveis, como idosos, pessoas imunocomprometidas, gestantes, entre outros.

A medida ocorre em um momento em que dados recentes do InfoGripe, contabilizados até 13 de março, apontavam tendência de aumento de casos, cenário que, segundo Gomes, deve se repetir agora em diferentes momentos.

"Vínhamos com tendência de queda, mas já começamos a observar uma tendência de reversão." Segundo ele, o Carnaval pode ter contribuído, mas não deve ser o único fator. "Nossa hipótese é que isso seja decorrência do ciclo natural da doença", diz o pesquisador, segundo quem um possível padrão sazonal ainda não está bem definido.

O que é etarismo e como a discriminação por idade impacta a vida de idosos



Os idosos correspondem a quase 15% da população brasileira. Apesar das estatísticas de aumento da longevidade nos últimos tempos, eles ainda sofrem preconceito.

Em meio às limitações no mercado de trabalho e estereótipos que ditam os locais, roupas e estilo de vida que devem ser adotados, essa parcela da população tem se mostrado cada vez mais ativa, revelando como a longevidade pode ser positiva.

“A gente já vivenciou tanta coisa, que muitas delas se tornaram assim: o depois é agora, tem que ser agora. E para a gente decidir isso, realmente temos que ter coragem e segurança, porque os medos e as inseguranças, nós já tivemos. Agora, o nosso pensamento está mais estável e seguro”, contou a modelo Rosa Saito em entrevista à CNN.

Embora seja positiva para Rosa, a velhice pode chegar junto a apontamentos que definem a forma como pessoas com mais de 60 anos devem agir. Conforme descrito no Relatório Mundial sobre **Idadismo**, da Organização Mundial da Saúde (OMS), **o etarismo se refere a “estereótipos (como pensamos), preconceitos (como nos sentimos) e discriminação (como agimos) direcionadas às pessoas com base na idade que têm”.**

O tema ganhou repercussão no Brasil na última semana após a divulgação de um vídeo em que estudantes do curso de Biomedicina de uma universidade particular de Bauru, no interior de São Paulo, debocham de uma colega de 40 anos.

No vídeo, uma das estudantes ironiza: “Gente, quiz do dia: como ‘desmatricura’ um colega de sala?”. Logo na sequência, outra jovem responde: “Mano, ela tem 40 anos já. Era para estar aposentada”. “Realmente”, concorda a terceira fazendo uma cara de deboche.

Consequências do etarismo

Segundo a médica e presidente da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia, Ivete Berkenbrock, o etarismo aumenta a cada ano que a pessoa envelhece, tendo consequências até mesmo psicológicas.

“O preconceito afeta a saúde mental da pessoa, porque ela tende a ficar em isolamento, não se sente confortável no ambiente onde ela é basicamente rejeitada por de ter mais de 60 anos. Isso pode levar à depressão, porque a cada vez que a pessoa pensa em fazer algo, ela interioriza isso”.

Além do impacto na saúde mental da população idosa, o etarismo também afeta o cotidiano. Em entrevista, Ivete explicou que atividades de lazer e locais para prática de atividade física, por exemplo, não contam com acessibilidade. Para a especialista, promover acesso apenas à área da saúde é uma forma de resumir os idosos às doenças, negligenciando a realização de seus prazeres.

Ainda assim, a saúde da pessoa idosa também é algo a se orgulhar: “O aumento da longevidade é a maior conquista coletiva da humanidade nos últimos tempos. Isso é um privilégio e mostra o quanto nós já fomos capazes de vencer doenças infecciosas, de passar por guerras e fenômenos climáticos, de vencer doenças”, afirmou Ivete.

Conforme divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2019 a expectativa de vida no Brasil era de 76,6 anos.

Dando força para essa perspectiva positiva sobre o envelhecimento, a modelo Rosa Saito afirma aos 71 anos que vive realizações e lembra a importância de pessoas jovens combaterem o etarismo.

“Mesmo que esteja na flor da juventude, é o momento de a pessoa realmente parar, pensar, pôr a mão na cabeça, porque são pessoas que já vivenciaram, que têm experiência. Então seja no trabalho ou dentro de casa, são pessoas que têm uma carga tão grande de sabedoria, de vivência, que têm que ser respeitados. As pessoas têm que se pôr no lugar”, diz.

Além de desfilar nas passarelas, Rosa se mostra como um modelo a ser seguido por quem não quer se limitar aos estereótipos sobre quem tanto assiste o tempo passar.

“Enquanto tiver alegria de viver, não tem essa de ‘ai eu estou com x idade’. O que é x idade? É um mero tempo? A idade está na sua cabeça. Eu acho que não existe. Enquanto você estiver viva, tem que tentar ser feliz, correndo atrás daquilo que você um dia teve vontade de fazer. Dê motivação para você viver, motivação para você se sentir feliz”, afirma.

Impactos no mercado de trabalho

A gerente de projetos da Maturi Fabiana Granzotti explica a origem do termo. **“O etarismo ou ageísmo, que é derivado do termo aging, do inglês, é o preconceito por idade”**, disse.

Segundo ela, **o preconceito contra pessoas mais velhas interfere em todas as idades – como uma pessoa vista como jovem demais para ocupar um cargo de liderança, por exemplo.**

“No entanto, ele é mais acentuado para os mais velhos, devido a estereótipos, de que eles são desatualizados, desconectados da tecnologia e não acompanharam as mudanças. Mas isso não está ligado à idade, mas às oportunidades de cada um”, completou.

Fabiana, que comanda uma empresa especializada no tema, afirma que o Brasil já tem 37,7 milhões de idosos, que estão aptos a contribuir de diversas formas para o mercado de trabalho, incluindo a mentoria.

“Ela é muito positiva, uma pessoa com mais experiência passou inclusive por situações mais difíceis, pode contribuir para aqueles que estão começando agora no mercado de trabalho, que não conseguem ter visão mais sistêmica, e os jovens, por outro lado, que já nasceram conectados, conseguem dar o suporte tecnológico”.

Esta parceria é positiva, segundo ela, para a criação de novos produtos, resiliência e ambientes mais produtivos e felizes. “Hoje em dia se fala da necessidade da saúde mental e se observa bastante como a troca é positiva, cada qual tem sua vivência, esse apporte é superimportante”.

As mudanças, no entanto, não devem partir apenas do profissional. “As corporações olham de forma estereotipada, de custo maior, mas tem um outro ponto que o mercado vem oferecendo, os dois lados chegam a um comum acordo, o que as pessoas maduras esperam e como as corporações podem ser remanejadas para absorver as pessoas mais experientes, com programas de consultores, por exemplo”.

“O mercado de trabalho não é mais o que era há dois anos, a pandemia acelerou todo esse processo. A população 50+ deve se manter atualizada, buscar carreiras transversais e as corporações devem ter essa visão de novas formas de contratações, com aporte de conhecimento, sem sofrer com altos salários”, avaliou.

A especialista afirma acreditar que é necessária a “queda de paradigmas dos dois lados” para absorver a população que daqui a pouco será maioria no Brasil.

Novas regras para laqueadura e vasectomia



A mudança na lei que estabelece novas regras para os procedimentos de laqueadura e vasectomia entra em vigor nesta segunda-feira, 5. Com a nova legislação, **homens e mulheres podem solicitar o procedimento contraceptivo sem a autorização prévia do cônjuge. Também houve mudança na idade mínima para a realização da cirurgia voluntária, que diminuiu de 25 para 21 anos.**

A alteração foi feita na Lei 9.263 de 1996, que regula o planejamento familiar. A partir de agora, **basta que homens e mulheres, com no mínimo 21 anos ou com dois filhos vivos, independentemente da idade, aprovem a realização do procedimento.**

“As mulheres eram as principais afetadas pela antiga legislação. A mudança é muito oportuna e fortalece a autonomia feminina e a igualdade de gênero”, comenta Ana Carolina Dantas, advogada e pesquisadora de direitos sexuais e reprodutivos da Universidade de Brasília (UnB).

No ano passado foram realizadas 104,8 mil laqueaduras e 51,5 mil vasectomias, de acordo com o DatasUS. O número de procedimentos cresceu quando comparado ao ano de 2021, quando foram registradas 71 mil e 25 mil cirurgias, respectivamente.

O especialista em ginecologia Sheldon Rodrigo Botogoski explica que mais procedimentos de esterilização são feitos em mulheres por um preconceito masculino. “O homem relaciona a vasectomia com a impotência, mas isso não é verdadeiro. É uma cirurgia muito menos invasiva que a laqueadura e não interfere na libido (desejo sexual) ou no desempenho sexual”, diz.

A lei de planejamento familiar também incorporou entre as novas regras a obrigatoriedade do fornecimento de métodos contraceptivos pelo sistema público de saúde em até 30 dias, segundo a opção do paciente. E **passou a ser permitida a laqueadura durante o parto, garantida quando o prazo mínimo de 60 dias entre a manifestação da vontade e o parto e as devidas condições médicas são respeitadas**. Antes, a esterilização era vedada só após o nascimento, em caso de aborto espontâneo ou “cesarianas sucessivas anteriores”.

Avanço no direito das mulheres

Rebecca Miranda, de 25 anos, sempre soube que não queria ser mãe. Ela já havia testado outros métodos contraceptivos, porém não conseguiu se adaptar. A esterilização era muito esperada por ela e, assim que fez aniversário, foi ao Sistema Único de Saúde (SUS) procurar pelo procedimento: “Eu estava muito ansiosa para fazer 25 anos e dar entrada na laqueadura. Nunca me vi como mãe e não me imaginava nesse papel”, conta. Após seis meses, a designer irá fazer a cirurgia nas próximas semanas.

Antes de realizar o procedimento, Rebecca precisou passar por reuniões com assistentes sociais, médicos e enfermeiros. Lá, foi orientada sobre outras opções de métodos contraceptivos e precisou esperar por 60 dias para garantir que tinha certeza da decisão. Apesar de estar convencida, conta que foi desestimulada por profissionais da saúde e também pessoas da própria família. “Muita gente dizia que eu não iria conseguir ou que iria me arrepender, já que a cirurgia é para sempre. Mas filho também é para a vida toda, não é?”, diz.

Assim como Rebecca, a advogada Patrícia Marxs, de 32 anos, também ouviu muitos comentários negativos quando decidiu realizar o procedimento. “Fiz a laqueadura em 2018, mas até lá passei por constrangimentos e já estava cansada dos médicos que diziam que eu era ‘louca’ e que não deveria fazer. Tinha fobia de engravidar, estava decidida e meu corpo rejeitou outros métodos”, afirma.

A fim de ajudar outras pessoas que tinham dúvidas sobre o procedimento da laqueadura e também da vasectomia, ela criou um canal no Instagram que hoje acumula 75 mil seguidores. Por lá, Patrícia conta sobre sua experiência e criou um grupo entre os seguidores que se auxiliam no processo da cirurgia.

Para a pesquisadora em justiça reprodutiva Ana Carolina Dantas, a mudança na legislação representa um direito das mulheres, mas deve ser colocado em prática pelos governos estaduais e municipais aliado a outros eixos. “Além das novas regras, são necessárias ações de educação sexual, prevenção e acolhimento de violências de gênero e interrupção da gestação, garantia de maternidade segura e acesso à saúde.”

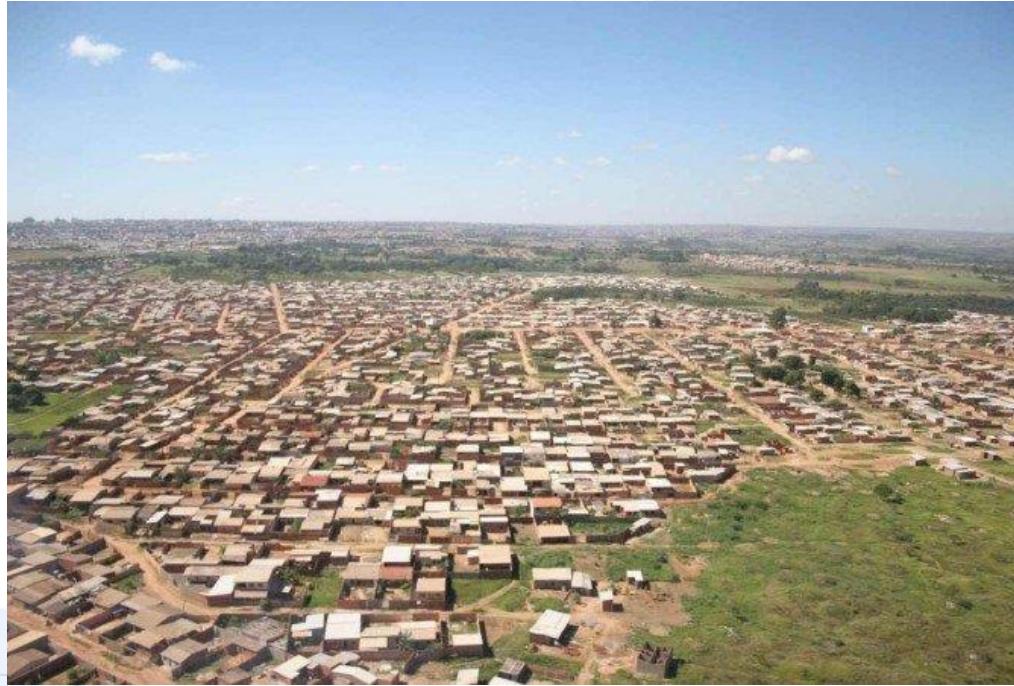
Botogoski também vê na lei um avanço: “As mudanças trouxeram melhorias nos direitos reprodutivos e familiares e na autonomia da mulher, que sofre com a violação desta garantia”, opina.

Como fazer a esterilização?

A laqueadura e a vasectomia são métodos contraceptivos permanentes feitos por meio de cirurgia que impedem o contato do espermatozoide com o óvulo. No primeiro caso, é feito um corte ou amarração nas trompas (tubas), o canal que liga o útero aos ovários. Já na vasectomia, o que se corta são os canais deferentes, que conduzem os espermatozoides. Ambos os métodos possuem alta eficácia e são fornecidos pelo SUS.

O Ministério da Saúde orienta que aqueles que desejam fazer o procedimento no serviço público devem ir a uma Unidade Básica de Saúde (UBS). Lá, o paciente é encaminhado para um profissional de enfermagem que apresenta as opções de métodos contraceptivos disponíveis e depois para um especialista, como ginecologista ou urologista, para os exames pré-operatórios e orientações da cirurgia. No caso da esterilização, o paciente do SUS é submetido a espera de 60 dias para decidir definitivamente sobre o procedimento e, após esses passos, a cirurgia é feita.

Sol Nascente supera Rocinha em domicílios e se torna maior favela do país



Dados preliminares do Censo 2022 mostram que **a favela do Sol Nascente, em Ceilândia, no Distrito Federal, superou a Rocinha, no Rio de Janeiro e já é a maior reunião de domicílios subnormais do país. A primeira tem 32.081 unidades habitacionais enquanto a segunda, 30.955. O número de favelas no país, contudo, caiu de 13.151 para 11.403 conglomerados urbanos do tipo.**

A informação sobre Sol Nascente foi dada ao Correio com exclusividade pelo presidente interino do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Cimar Azeredo. O órgão, que realiza a coleta de dados desde agosto do ano passado, iniciou a revisão de informações no último dia 28 de fevereiro, enquanto a expectativa de divulgação oficial dos dados preliminares está prevista para abril deste ano.

Os dados preliminares mostram que o Brasil possui 11.403 favelas, onde o Censo 2022 estima recensear 16 milhões de pessoas em 6,55 milhões de unidades habitacionais. “Estamos realizando campanhas nessas áreas para também priorizar o levantamento de dados estratégicos para o desenvolvimento de políticas públicas para estas regiões”, disse o presidente do órgão.

De acordo com o IBGE, até novembro do ano passado, a favela do Sol Nascente era considerada a segunda maior do país, com 24.441 domicílios, sendo apenas superada pela Rocinha, com 25.742 domicílios. Com a evolução do recenseamento, o Sol Nascente registra 32.081 unidades, enquanto a Rocinha, 30.955 habitações.

A coleta na favela do Distrito Federal começou em 1º de outubro e durou 60 dias até ser concluída. No Censo 2010, o IBGE utilizou imagens de satélites como um dos recursos para a identificação desses territórios.

Maiores favelas do país por número de domicílio:

1. Sol Nascente, Brasília: 32.081
2. Rocinha, Rio de Janeiro: 30.955
3. Rio das Pedras, Rio de Janeiro: 27.573
4. Beiru, Tancredo Neves: Salvador: 20.210
5. Heliópolis, São Paulo: 20.016
6. Paraisópolis, São Paulo: 18.912
7. Pernambués, Salvador: 18.662
8. Coroadinhoa, São Luís: 18.331
9. Cidade de Deus/Alfredo Nascimento, Manaus: 17.721
10. Comunidade São Lucas, Manaus: 17.666

Congresso faz sessão pelo centenário da morte de Ruy Barbosa



O Congresso Nacional realiza nesta 4^a feira (1º.mar.2023) sessão solene para lembrar o centenário de falecimento de Ruy Barbosa na 4^a feira (1º.mar.2023). A iniciativa para a homenagem é do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Durante a cerimônia, será distribuído para os componentes da mesa de honra um box com 2 livros com o título *Migalhas de Rui Barbosa*.

Quem foi Ruy Barbosa

Ruy Barbosa de Oliveira nasceu no dia 5 de novembro de 1849, em Salvador (BA), e morreu no dia 1º de março de 1923, em Petrópolis (RJ). Ao longo de seus 73 anos, **Ruy Barbosa inscreveu seu nome no rol dos intelectuais mais relevantes da história do país. Ele atuou como jurista, diplomata, político, tradutor e jornalista, tendo destaque em todas as áreas.**

De seus 55 anos de vida pública, **Ruy Barbosa passou 32 no Senado, sempre representando o Estado da Bahia. Na história do Senado, foi o recordista com 5 mandatos, ao lado de José Sarney.**

Ruy Barbosa foi um dos senadores que inauguraram o Senado da República, em 1890, e só o deixou em 1923, quando morreu. Antes, no Império, havia sido deputado provincial e deputado geral. Em seus discursos, que costumavam demorar até 4 horas, era um ferrenho defensor da democracia. Ocupou a vice-Presidência do Senado de 1906 a 1909.

Brisa Flow: quem é a primeira artista indígena a se apresentar no Lollapalooza



Brisa Flow cresceu com música por todos os lados em casa. Filha de artesãos chilenos, o caminho para ser artista foi natural.

A rapper nasceu em Sabará (MG), teve o primeiro contato com hip hop aos 13 anos e mantém as origens muito próximas de si e do trabalho que faz.

Ela estreia no Lollapalooza nesta sexta-feira (24) e faz história como a primeira indígena no line-up.

Brisa vai levar ao festival outras pessoas originárias na banda e desenvolveu o figurino em parceria com Vicenta Perrotta, do ateliê TRANSmoras, espaço focado em desenvolver pessoas trans para trabalhar no mercado fashion.

"A partir do momento que tudo é imagem, signo, linguagem... a gente vendo isso nos palcos, a gente vendo isso nos videoclipes, a gente vai quebrando os racismos, as xenofobias, as transfobias".

'Janequeo'

O terceiro álbum de estúdio da carreira de Brisa fala sobre o amor e exalta a guerreira Janequeo. Ela estava cansada de ver como as histórias sobre líderes importantes seguirem desconhecidas.

"Quis trazer um disco que falasse de amor e guerra de uma outra perspectiva que não fosse só a violência. Queria uma perspectiva que a gente pudesse falar sobre nós, ampliar o debate".

"Nós estamos aqui hoje porque existiram guerreiros muito corajosos. Janequeo foi uma mulher muito corajosa, que montou um exército para combater quem estava atacando seu povo".

O setlist do show mistura o rap com cantos ancestrais, jazz, eletrônico e neo/soul, além de músicas dos álbuns anteriores.

Ian Wapichana (voz e violão), Vênus Garland (teclado), Beatriz Lima (baixo), Victor Prado (trompa) e Pitee Batelares (bateria) estarão na banda da rapper nesta sexta.

Dentre as referências que têm na música, Brisa escolhe cinco: Mercedes Sosa, Violeta Parra, Racionais, Lauryn Hill, Tupac.

"[As duas primeiras] eram as pessoas que ouvia desde pequenininha e consegui relacionar isso com o rap de uma forma muito forte, mesmo que sejam ritmos diferentes".

"São letras que dizem basicamente as mesmas coisas sobre nossas necessidades por vida, necessidades básicas de acesso, de saúde, ao bem viver.

"Via muita relação com Racionais e Mercedes Sosa. Era um texto muito similar e foi a forma que eu consegui de continuar a sementinha assim da minha família para frente ao contar a história de pessoas que estão na luta aí pela sobrevivência em um mundo de pressão aqui na América Latina".

Dificuldade de chegar nas massas

"O brasileiro gosta de música indígena. Ele só não sabe porque não chega para ele, então acho que essas portas precisam ser abertas na mídia, na televisão, no rádio", diz a rapper.

Ela defende que se houvesse mais espaço, a conversa seria outra com as grandes massas. "Brasil foi criada em cima do colonialismo, né? Então a base cultural às vezes nos afasta de querer ouvir".

Mas, esperançosa, a rapper vê oportunidades surgindo ao ser convidada para tocar no Lollapalooza, por exemplo, e vai além:

"A gente já tem indígena que canta forró, que canta eletrônico, rock and roll, rap, trap, drill... existe um leque muito grande e não só no Brasil".

Skank canta com Milton Nascimento em último show no Mineirão e encerra turnê



No último show da sua turnê de despedida, o Skank cantou ao lado de Milton Nascimento para um estádio do Mineirão lotado neste domingo (26). O convidado de honra apareceu nos momentos finais de apresentação, após uma sequência de hits entoados pelos mais de 50 mil fãs presentes.

Foram duas horas de show e, ao fim da eletrizante "Vamos Fugir", a banda saiu rapidamente do palco. Mas o público não aceitou e começou a gritar: "Eu não vou embora".

Milton Nascimento entrou abraçado a todos os integrantes e recebido pelo público, que se dividia em gritar "Bituca" e chorar. O cantor se despediu dos palcos em novembro, também no Mineirão. Milton estava emocionado quando cantou "Resposta".

Além da combinação de frenesi e satisfação que todo show proporciona para o público, a despedida da banda mineira dos palcos deixa um sentimento de saudade.

Antes de a banda entrar —com meia hora de atraso no evento marcado para 19h—, um drone sobrevoou o Mineirão e transmitiu as imagens ao vivo no telão. Em seguida, uma câmera acompanhou os músicos caminhando dos bastidores até, enfim, chegar ao palco.

A banda mineira se despediu dos palcos na cidade em que começou as atividades há três décadas. Para encerrar em grande estilo, o local não poderia ser mais representativo para a trajetória do Skank.

Ruy Castro toma posse na Academia Brasileira de Letras



O escritor e jornalista Ruy Castro tomou posse na Academia Brasileira de Letras na noite desta sexta-feira (3), no Petit Trianon, na sede da instituição no Centro do Rio.

Ruy Castro passa a ocupar a cadeira 13 da Academia Brasileira de Letras, sucedendo ao Acadêmico Sergio Paulo Rouanet, falecido no dia 3 de julho de 2022, aos 88 anos. Ele foi recebido pelo acadêmico Antonio Carlos Secchin.

Os ocupantes anteriores da cadeira 13 da ABI foram: Francisco de Assis Barbosa, Augusto Meyer, Hélio Lobo, Sousa Bandeira, Martins Júnior, Francisco de Castro e Visconde de Taunay, o fundador. O patrono é Francisco Otaviano.

Trajetória

Eleito para a ABL no dia 6 de outubro de 2022, **Ruy Castro é escritor, jornalista e biógrafo**. Nascido em Caratinga, no interior de Minas Gerais, mudou-se ainda nos primeiros anos de vida para a cidade do Rio de Janeiro. Formou-se em Ciências Sociais, na então Faculdade Nacional de Filosofia (FNF) - atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – porém nunca atuou na área.

Ruy Castro começou a sua trajetória profissional como repórter, em 1967, no Correio da Manhã, do Rio de Janeiro, e passou por todos os grandes veículos da imprensa carioca e paulistana. A partir de 1990, concentrou-se nos livros. **É autor de biografias de Nelson Rodrigues, Carmen Miranda e Garrincha e de livros de reconstituição histórica sobre o samba-canção, a Bossa Nova, Ipanema e o Flamengo.**

Parte de sua produção jornalística foi reunida em livros como "Um Filme é para Tempestade de Ritmos" e "O Leitor Apaixonado". Escreveu também um ensaio sobre o Rio, "Carnaval no Fogo: Crônica de uma Cidade Excitante Demais". Seus livros têm edições nos Estados Unidos, Japão, Inglaterra, Alemanha, Portugal, Espanha, Itália, Polônia, Rússia, e Turquia.

Vencedor do Prêmio Esso de Literatura, do Prêmio Nestlé de Literatura Brasileira e de quatro Jabutis. Em 2022, ganhou o Prêmio Machado de Assis, da Academia Brasileira de Letras, pelo conjunto de sua obra.

Juca Chaves, compositor e humorista, morre aos 84 anos na Bahia



O músico e humorista Juca Chaves morreu na noite de sábado (26), em Salvador. O artista tinha 84 anos e estava internado no hospital São Rafael, na capital baiana.

De acordo com o hospital, Juca foi internado há 15 dias e morreu "devido à complicações de problemas respiratórios". A família pediu para que mais detalhes não fosse divulgados.

'O Menestrel Maldito'

Compositor, músico, humorista e crítico, **Jurandyr Czaczes Chaves**, nome do artista, nasceu em 22 de outubro de 1938, no Rio de Janeiro, mas há décadas trocou a cidade de nascimento por Salvador. Ele vivia no bairro de Itapuã com a família.

Juca era conhecido como **"O Menestrel Maldito"**, apelido que ganhou do poeta **Vinicius de Moraes**.

Formado em música clássica, Juca começou a carreira profissional em 1955, na TV Tupi, em São Paulo, sempre com humor ácido, inteligente e com críticas sociais.

Durante a Ditadura Militar que governou o Brasil entre 1964 e 1985, foi perseguido. Exilado, viveu seis anos longe do Brasil, entre Portugal e Itália.

Ele é autor de músicas que se tornaram sucesso no Brasil como "A cúmplice", "Menina", "Que saudade" e "Presidente Bossa Nova".

Juca era casado, desde 1975, com Yara Chaves, com quem vivia na capital baiana. Ele deixa duas filhas: Maria Morena e Maria Clara. Torcedor do São Paulo, Juca chegou a gravar uma marchinha para o time do coração.

O músico foi candidato ao Senado pela Bahia em 2006 pelo PSDC e usou da poesia e do humor para pedir votos. Ele não foi eleito, mas a campanha de versos marcantes divertiu os baianos na época.

Em 2015, Juca voltou a ganhar destaque com uma sátira que falava sobre a situação política do Brasil e defendia a Operação Lava Jato.

Com 60 anos de carreira, diversos bordões e sucessos, Juca lotou teatros por todo Brasil divertindo plateias. **Antes das apresentações costuma convocar o público com uma de suas frases célebres: "vá ao meu show e ajude o Juquinha a comprar o seu caviar".**

Cartunista Paulo Caruso morre aos 73 anos em São Paulo



O cartunista Paulo Caruso, de 73 anos, morreu na manhã deste sábado (4) em São Paulo. Ele estava internado no Hospital 9 de Julho, no Centro da capital paulista, e lutava contra um câncer no intestino que descobriu em 2017.

Paulo José Hespanha Caruso, um dos maiores cartunistas do país, nasceu na capital paulista em 6 de dezembro de 1949. **Ele era irmão gêmeo de Chico Caruso, também cartunista.**

Cursou arquitetura na Universidade de São Paulo (USP) no início dos anos 1970, mas não exerceu a profissão. Em 1985, no Salão de Humor de Piracicaba, no interior de São Paulo, uniu a paixão pela música ao amor pelos cartuns e montou uma banda só com cartunistas.

Humor e história política

No programa “Conversa com Bial”, Paulo afirmou que os dois começaram cedo na arte do desenho.

“Desde os 4, 5 anos de idade a gente desenhava sem parar, incentivado pelo nosso avô materno, que era pintor amador, pegava na mão da gente e ensinava a desenhar. Foi quem me ensinou a tocar violão também.”

A política, emendou, “a gente pegou com 14 anos, em 64 veio o golpe”.

Na mesma entrevista, Chico contou que em 1969, com 18 anos, eles estavam começando a trabalhar em jornal, “aí a politização foi quase uma obrigação”.

Carreira profissional

Paulo Caruso começou a vida profissional no “Diário Popular” no final da década de 1960 e também colaborou com os jornais “Folha de S.Paulo” e “Movimento”.

Caruso participou do programa Roda Viva, da TV Cultura, desde 1987. Sua última participação foi no dia 2 de janeiro, com a entrevista do ministro Rui Costa.

Nos anos 1970, foi para **“O Pasquim”**, ao lado de Millôr Fernandes (1923-2012), Jaguar e Ziraldo. A partir de 1988, publicou, na revista “IstoÉ”, a coluna de humor Avenida Brasil, onde sintetizou, com sátira e humor, vários momentos da história política do país.

Em 1992, lançou o livro "Avenida Brasil", em que reuniu centenas de charges políticas, publicadas em jornais e revistas. O principal foco, na época, era o presidente Fernando Collor de Mello. Também é autor de "As Origens do Capitão Bandeira" (1983), "Ecos do Ipiranga" (1984), "Bar Brasil na Nova República" (1986) e "A Transição pela Via das Dúvidas" (1989).

Além disso escreveu também São Paulo por Paulo Caruso - Um Olhar Bem-Humorado sobre Esta Cidade (2004), em homenagem aos 450 anos da capital.

"A matéria-prima é toda fornecida pelo governo. Eu acho que nós, cartunistas, deveríamos virar 'estatal' porque nós dependemos tanto do governo para nossa produção", brincou.

Recebeu vários prêmios, entre eles, o de melhor desenhista, pela Associação Paulista dos Críticos de Arte - APCA, em 1994.

Ator Antônio Pedro, de 'Sassaricando' e 'Escolinha', morre aos 82 anos no Rio



O ator Antônio Pedro morreu neste domingo (12), aos 82 anos, de insuficiências renal e cardíaca no Rio de Janeiro. Ele estava internado em um hospital da capital.

Além de ator, Antônio Pedro foi diretor, roteirista e produtor.

Carreira nos palcos e na política

Nascido no dia 11 de novembro de 1940, no RJ, Antônio Pedro Borges de Oliveira levou uma vida dedicada às artes. Começou a carreira na década de 1960, fez cursos e especializações em Paris, e atuou como diretor, roteirista, humorista e produtor em dezenas de filmes, peças e obras na televisão.

Estreou na TV Tupi em 1969, em “Super Plá”. Em 1972, fez sua estreia na TV Globo, na novela “O Bofe”.

Na emissora, participou de várias novelas, humorísticos, infantis e séries como "Sassaricando" (1987), "Bebê a Bordo" (1988), "Escolinha do Professor Raimundo" (1990/92/94), "Caça Talentos" (1996), 'Explode Coração" (1996), "Sítio do Picapau Amarelo" (2002), "A Diarista" (2006), "Malhação" (2007/2009) e "Zorra" (2015-2017).

Seus últimos trabalhos na TV Globo foram em "Bom Sucesso" (2019), "Shippados" (2019) e "Filhas de Eva" (2021).

Também atuou no cinema nacional, onde participou de produções como "Gabriela, cravo e canela" (1983), "Dias Melhores Virão" (1989) e "O que é isso Companheiro" (1997). Entre seus últimos em filmes, estão o infantil "DPA 2" (2018) e a comédia "Meu Passado me Condena 2" (2015).

Além da carreira nos palcos, Antônio Pedro também teve participação no cenário político.

Na década de 1980, foi nomeado diretor de teatros da Funarj (Fundação Anita Mantuano de Artes do Estado do Rio de Janeiro) e Secretário Municipal de Cultura do Rio. Na década seguinte, como coordenador do projeto Teatro na Uerj, criou, produziu e encenou 17 espetáculos, vídeos e palestras.

Sueli Costa, autora de grandes sucessos da MPB, morre aos 79 anos no RJ



Morreu, aos 79 anos, a cantora e compositora Sueli Costa. Ela é conhecida por canções de grandes nomes da música, a exemplo de "Face a Face", de Simone, "Nenhum Lugar", de Angela Ro Ro ou "20 anos blues", de Elis Regina.

Sueli nasceu em uma família de músicos. A mãe tocava piano e ministrava aulas de canto coral. Por isso, aprendeu a tocar violão sozinha ainda na adolescência. Aos 18 anos, escreveu sua primeira música, "Balãozinho".

Sueli Costa contou com o apoio de Nara Leão no início de sua carreira inicial, em 1967. Como intérprete, teve apenas seis álbuns nos mais de 50 anos de trajetória.

Como compositora, trabalhou na trilha da peça "Bodas de Sangue", em 1967, e teve canções gravadas por nomes como Elis Regina ("Altos e Baixos"), Maria Bethânia ("Coração Ateu"), Beth Carvalho ("Rosa Vermelha"), Gal Costa ("Vida de Artista"), Fagner ("A Canção Brasileira e Jura Secreta"), Simone ("Jura Secreta"), Fafá de Belém ("Dentro de mim mora um anjo"), entre outros.



Estratégia
Concursos



GRATIDÃO!



Estratégia
Concursos